

HT-01

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

1985 - 1994

**TEMA: O REAJUSTAMENTO ESTRUTURAL E O SEU IMPACTO EM  
MOÇAMBIQUE (1982-1997): Uma Abordagem Histórica**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a  
obtenção do grau de Licenciatura em História.

CANDIDATA: Ana Francisco Sendela Sengo de Abreu

MAPUTO, DEZEMBRO DE 1999

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	27348
DATA	04/Julho/00
AQUISIÇÃO	oferta
COTA	HT-1

## DEDICATÓRIA

*A minha família, em particular aos meus filhos, que me deram maior força e ajuda na elaboração deste trabalho.*

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação estando indicada no texto e na bibliografia as fontes consultadas.

## AGRADECIMENTOS

Este estudo foi complexo e difícil, mas foi possível a sua realização mercê a contribuição valiosa dada pelos docentes do curso de História ao longo da minha formação, bem como dos valiosos prestimos concedidos pelo pessoal das diversas instituições e sectores contactados no âmbito da investigação.

Assim, os meus agradecimentos vão para todos os docentes, e, em particular o meu supervisor, Dr. David Hedges pelo esforço, saber, dedicação e paciência, ao Dr Sopa pelos seus conselhos valiosos na busca de fontes principais e ao dr. Pinto de Abreu pela sugestão do tema e apoio bibliográfica, e aos drs. Belmiro Rodolfo e João Barros pelo apoio bibliográfico.

Igualmente agradeço a todo pessoal da AICAJÚ, SINTIC, OTM, AHM, CEA, CEEI, Ministério da Saúde, de Educação, do Trabalho, das Finanças e Plano e do Centro da Documentação do Ministério da Agricultura e Pesca, pela sua disponibilidade e paciência.

## SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS .....	VII
CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FACTOS (1982-1998).....	VIII
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....	I
OBJECTIVOS.....	7
1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA.....	8
1.3 HIPÓTESES DE TRABALHO.....	9
1.4 ENTREVISTAS.....	11
1.5 ANÁLISE DAS FONTES.....	13
CAPÍTULO II: PROCESSO DE REABILITAÇÃO ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE.....	21
2.1 CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	21
2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO PRE (1987-1990).....	25
2.3 INTRODUÇÃO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL(PRES) (1990-1997).....	30
CAPÍTULO III: O IMPACTO DE REAJUSTAMENTO ESTRUTURAL.....	35
3.1 NÍVEL DE VIDA DA POPULAÇÃO.....	36
3.2 EDUCAÇÃO.....	41
3.3 SAÚDE.....	46
3.4 EMPREGO E O IMPACTO DO PROCESSO DAS PRIVATIZAÇÕES NA FORÇA DE TRABALHO.....	50
3.4.1-ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA.....	57
3.5 A DÍVIDA EXTERNA E O FUTURO DE MOÇAMBIQUE.....	60
CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO .....	64
FONTES CONSULTADAS .....	71
I ORAIS.....	71
II DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS.....	71
III PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS.....	72
IV JORNAIS E SEMANÁRIOS.....	72
V OBRAS E ARTIGOS PUBLICADOS.....	72
ANEXOS .....	76
Tabela nº 1- Programas de estabilização e ajustamento estrutural em África Subsahariana ao longo da década de 80.....	76
Tabela nº 2- Crescimento da Ajuda Externa (1985-1990).....	77
Tabela nº 3- Principais Indicadores Económicos (1987-1997).....	78
Tabela nº 4- Necessidades mínimas para a subsistência mensal.....	79
Tabela nº 5- Evolução do Salário Mínimo e da Inflação.....	80
Tabela nº 6- Número das escolas, alunos e professores por nível de ensino público em 1996... 81	
Tabela nº 7- Situação dos trabalhadores da Indústria de Cajú desde 1987 e 1997.....	82
Tabela nº 8- Evolução da dívida Externa, 1991-1997.....	83

## RESUMO

Em 1987, o governo moçambicano depois de um acordo com o FMI e com o BM introduziu um Programa de Reabilitação Económica (PRE) com os seguintes objectivos: assegurar o crescimento contínuo da produção, sobretudo agrícola; fortalecer a posição da Balança de Pagamentos; reabilitar infraestruturas físicas e a capacidade industrial; reduzir os desequilíbrios financeiros internos e externos; reduzir as intervenções administrativas na economia e reforçar o papel das instituições na programação e controlo da execução das políticas; e reduzir a pobreza. Como o programa foi introduzido numa situação de guerra, muito não podia ser feito e, como resultado, muitos destes objectivos não foram alcançados, embora o País cohecesse alguns desenvolvimentos económicos apreciáveis.

Desde o início do programa tem havido evolução massiva da desvalorização da moeda nacional, redução de salário real e cortes nas alocações orçamentais para a saúde, educação e alimentação, medidas que tem tido repercussões negativas nas camadas mais vulneráveis. Não obstante o crescimento económico que se tem registado, o custo social do reajustamento estrutural tem sido extremamente alto. Agravou os desequilíbrios regionais, aumentou a diferenciação social e aumentou a faixa da população moçambicana que vive em extrema pobreza. Os serviços básicos, e pelo menos da população mais vulnerável, ficaram submetidos a uma pressão cada vez maior como consequência das mudanças operadas na política económica. Estima-se em 70% da população que ainda vive na situação de extrema pobreza, e a malnutrição crónica afecta 36% das crianças menores de três anos, e que a ingestão alimentar diária média em calorias corresponde apenas 79% das necessidades básicas.

④ O estudo que a seguir se apresenta pretende fazer uma abordagem histórica sobre o Impacto do Reajustamento Estrutural em Moçambique analisando o nível de vida, Saúde e Educação, emprego e o impacto do processo das privatizações na força de trabalho e a dívida extena e seu impacto no desenvolvimento do País. O trabalho abrange o período entre 1982 a 1997 e por questões metodológicas, a essência da abordagem será feita em quatro grandes capítulos: o primeiro versa em torno da crise económica e financeira que conduziu o País a membro do FMI e do BM bem como a introdução do PRE, breve resumo dos objectivos essenciais que se pretendem com o trabalho, dos pressupostos pelos quais se guia a investigação. O segundo está reservado a análise do Programa de Reabilitação Económica (PRE) desde 1987-1990 e a introdução do PRE em 1990-1997. A questão central do estudo é abordado no terceiro capítulo, e o quinto apresenta as conclusões.

⑤ A principal conclusão que se tira do trabalho é: a crise económica e financeira, a destabilização movida pela RAS, fenómenos naturais e alguns desequilíbrios na gestão macroeconómica, conduziram o País a tornar-se membro do FMI e do BM e consequentemente à introdução do PRE em 1987, depois de ter acordado a forma final do programa de reformas económicas com as IBWs. A crítica situação social que se vive em Moçambique, é resultado, tanto da guerra bem como do PRE.

## ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC	African National Congress
AGP	Acordo Geral de Paz
AICAJÚ	Associação dos Industriais da Cajú
AOD	Ajuda Oficial de Desenvolvimento
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
BM	Banco Mundial
CAD	Comité de Assistência de Desenvolvimento
CEA	Centro de Estudos Africanos
CNP	Comissão Nacional de Plano
DSE	Direito de Saque Especial
DNE	Direcção Nacional de Estatística
DNFP	Direcção Nacional da Função Pública
DNPET	Direcção Nacional de Planificação Estatística de Trabalho
EM	Estudos Moçambicanos
EMOSE	Empresa Moçambicana de Seguros
EUA	Estados Unidos da América
FL	Faculdade de Letras
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FARE	Fundo de Apoio a Reabilitação Económica
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
INEFP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
MT	Ministério do Trabalho
MAE	Ministério de Administração Estatal
MAP	Ministério da Agricultura e Pesca
OTM-CS	Organização dos Trabalhadores de Moçambique-Comite Sindical
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PDB	Produto Doméstico Bruto
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SINTIC	Sindicatos da Industria de Cajú
UTRE	Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas, do Ministério do Plano e Finanças

## CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS FACTOS (1982-1998)

- 1982 - A crise da economia internacional afectara a região da África Sub-Sahariana devido a alteração dos preços de petróleo e dos juros a nível mundial, e os países com dívidas externas grandes (como foi o caso de Moçambique) sentiram profundamente os seus efeitos. As IBWs queriam garantir que os países em desenvolvimento pagassem as suas dívidas, como condição prévia para a continuação da ajuda internacional; deviam tomar medidas necessárias para diminuir drasticamente o papel da planificação e da gestão do estado e estimular o aparecimento de empresários privados. (Abrahamsson & Nilsson, 1995:7-8). Em Moçambique o impacto foi muito mais sério devido aos efeitos da aplicação de sanções contra Rodésia do Sul, e a guerra de desestabilização económica, que atingira vários sectores de actividades resultando no declínio da produção global a um ritmo de cerca de 8% ao ano (Plank, 1993:409-412). Este foi o último ano que Moçambique conseguiu pagar a sua dívida externa (Zacarias, 1990:19).
- 1983 - Abril realiza-se em Moçambique o IV Congresso da Frelimo onde decidira fazer uma revisão profunda no mecanismo da gestão e administração da economia moçambicana, e, em resposta às decisões do IV Congresso, o governo moçambicano começou a implementar um programa de reformas estruturais. (Roesch, 1992:6-8) Foi neste contexto que o Presidente Samora Machel realizara uma viagem diplomática aos países ocidentais com objectivos de angariar mais amigos, atrair mais empréstimos e negociar o perdão e reescalonamento da dívida que fora condicionado à assinatura do acordo com o FMI e com o BM. Nos finais do mesmo ano, Moçambique tinha esgotado as reservas em moeda externa e a dívida externa estimava-se em 1,8 bilhões de dólares (Grupo Moç. da Dívida, 1998:4);
- 1984 - 30 de Janeiro Moçambique declarou a rotura financeira e dificuldades nos seus débitos e pediu aos credores para reescalonarem estes débitos, e, estes condicionaram-o a cooperar com o FMI e com o BM, tendo efectuado os primeiros contactos (Hanlon, 1991:113-114);
- 1984 - 16 de Março o Governo Moçambicano assinara em Nkomati um acordo com o governo sul-africano, de não agressão e não ingerência, designado por "Acordo de Nkomati", no qual concordara em cortar o apoio ao ANC (Hanlon, 1997:15).  
 - 18 de Abril: o Conselho de Ministros concordou em abrir negociações formais com o BM e com o FMI, e, em 27 de Abril a Assembleia Popular (Parlamento) aprovou um plano para o ano seguinte (1985), que priorisava a necessidade de ganhar confiança dos credores e reprovaram a via proposta pelo FMI (Hanlon, 1991:114). Devido ao aumento do serviço de dívida que excedia os recursos disponíveis em divisas por um lado, e o facto de a Comunidade Económica de Leste, o COMECON, não ter constituído uma alternativa viável, e face às agressões contínuas de desestabilização, aliado à fenómenos naturais o governo moçambicano tornara em 24 de Setembro de 1984 membro do FMI e do BM, (sem que tivesse chegado a um acordo do programa formal com estas instituições financeiras).  
 - Outubro: primeiro acordo de reescalonamento com o Clube de Paris da OECD, credores do Governo (Idem. 115 e Hermele, 1990:2).
- 1985- As dívidas totais do país ascendiam a 2.4 bilhões de dólares, incluindo atrasos de pagamentos (juros e amortizações que se tinham vencido e não tinham sido pagos). Na mesma altura Moçambique introduzira uma série de medidas para estimular a agricultura, repartindo algumas machambas estatais, a do Chokwé foi concedida a

Lonrho, os exportadores foram permitidos a ficar com uma parte de moeda convertível dos seus lucros para compra de matéria prima e peças sobressalentes (Hanlon, 1991).

- 11 de Maio de 1985 o Conselho de Ministros liberalizara actividade comercial e deram início o processo das privatizações de forma não sistemática com objectivo de libertar o Estado da gestão do grande número de pequenas e médias empresas não estratégicas e aumentar a participação do sector privado (Hanlon, 1991:116-117).

- Em Junho, o governo anunciara o plano, e no orçamento houve um maior aumento nas despesas militares; em contrapartida o sector da saúde e da educação sofrera um corte na ordem dos 15%, e o Ministro da Saúde anunciara novos encargos com a saúde, onde todos deveriam pagar uma taxa (Idem, 117);

1986 - designação de uma equipe de trabalho em que participaram vários ministros, da qual fizeram parte o Dr. Abdul Magid Osmane, Dr. Eneas Comiche, Dr. Mário Machungo e outros quadros do governo em que estudaram e introduziram reformas económicas. Enquanto decorria a implementação do programa das reformas persistia uma série de discussões sobre a natureza do problema e o impacto do programa, e gradualmente chegara a conclusão de que era preciso avançar para uma economia mais aberta, mais liberal. Houve então uma decisão política, em que o Bureau Político da Frelimo se reuniu e avançou-se no sentido da introdução das reformas económicas que se pretendia. e o aumento dos salários. As medidas projectadas foram antecedidas por um trabalho político árduo junto as comunidades e com os trabalhadores.

- Designados novos ministros, sendo Dr. Abdul Magid, Ministro das Finanças, Dr. Mário Machungo, Primeiro Ministro e Eneas Comiche, Governador do Banco de Moçambique ambos economistas (Entrevista com Dr. A. Abreu, Junho, 1999);

- 19 de Outubro morre em Mbuzini, na África do Sul, Samora Moisés Machel, num acidente de viação.

- 6 de Novembro, o Comité Central da Frelimo nomeia Joaquim Alberto Chissano para Presidente da República.

1987- Em 14 de Janeiro, tem início um processo de mudanças económicas e políticas sem qualquer acordo prévio com o FMI e com o BM. O governo moçambicano anunciara um conjunto de medidas com destaque para a aprovação de um novo código de impostos, a alteração dos preços, a desvalorização do metical entre outros.

- Em Maio o governo moçambicano apresentara o conteúdo do Programa de Reabilitação Económica (PRE) às IBWs e chegaram a um acordo sobre a forma final do programa que não era significativamente diferente: somente foi um adicional desvalorização que levou o país a desvalorizar o Metical em Junho, que foi acompanhado por um aumento salarial na ordem de 50% (Idem). O governo moçambicano implementou o programa sem interrupções sendo o primeiro acordo compreendido entre 1987 a 1990, o segundo, 1990 a 1993 que foi prolongado até 1995 e o terceiro, 1996 a 1999. As discussões do acordo ocorreram num ambiente de negociações e não de imposição. Houvera condições para o governo moçambicano decidir em conformidade com os interesses do País. Foi preciso convencer, em primeiro lugar o FMI a dar luz verde ao programa, com a aprovação da primeira operação, conhecida por "SAF- Facilidade de Ajustamento Estrutural", pois essa foi a única via para a continuação das negociações para ter o acesso aos financiamentos do BM e os parceiros de cooperação bilateral, bem como ao reescalamento da dívida (Idem). A dívida tinha aumentado para quase 4 bilhões de dólares. O processo que conduziu a Nkomati e à filiação ao FMI e ao BM tinha frutificado. x  
Iniciara um programa de ajustamento estrutural que equivalera a uma mudança

- completa de direcção na estratégia económica. Este programa foi designado por Programa de Reabilitação Económica (PRE), e é basicamente uma operação tradicional de ajustamento estrutural, no estilo do FMI e do BM (Hermele, 1990:13).
- 1988 - Na segunda fase do PRE foram feitas correcções nos preços, principalmente de bens essenciais: milho subiu cerca de 300%, arroz 600% e o açúcar 400%. Foi aumentado o salário mínimo em 70% de 5.000,00mt para 8470,00mt. Metade da população urbana e 1/3 da população rural vivia na extrema pobreza. A situação foi mais crítica nas populações mais vulneráveis (Hanlon, 1997:84-85).
- a primeira proposta de alteração da Constituição da República que consistia nas mudanças no âmbito político (Abrahamsson e Nilsson, 1994:66).
  - Com a introdução do PRE retomou-se o crescimento na ordem de 4% em 1987 e 1988, e uma projecção de 5% para 1989, mas em contrapartida a taxa de inflação, medida pelo índice de preços ao consumidor subiu de 39% em 1986 para 166% em 1987, baixando para 50% em 1988. No mesmo período os salários subiram em média de 52% e 113% respectivamente. O impacto negativo do PRE resulta da redução dos subsídios de alimentação básica, água, electricidade, rendas de casa, educação e saúde, e, em finais de 1988, 30% a 50% da população urbana e 40% a 60 da população rural vivia em condições de pobreza absoluta (Green, 1988/9:9-16).
- 1989 - Como parte das reformas económicas em curso, diversa legislação fora promulgada, a destacar:
- o decreto nº21/89 estabelecendo mecanismos para a privatização e a alienação a título oneroso de empresas, estabelecimentos, instalações e participações sociais de propriedade do Estado, em regra mediante concurso público, e estabelece mecanismos processuais para o efeito;
  - ① - as reduções dos subsídios ao consumo e despesas sociais do estado foram determinantes para a redução do rendimento real das famílias mais vulneráveis; Realiza-se no mesmo ano o V Congresso da Frelimo cujas decisões tomadas conduziram à alteração da Constituição e ao abandono da via de desenvolvimento socialista em benefício da economia de mercado (Abrahamsson & Nilsson, 1994:65-66).
- 1990- No encontro do grupo consultivo em Paris, o governo moçambicano apresentara um programa alargado, que tomara mais em consideração as dimensões sociais do PRE, principalmente nas camadas mais desprotegidas nas zonas urbanas, os chamados grupos vulneráveis que incluem agregados familiares com crianças mal nutridas, idosos, deficientes, doentes crónicos, mulheres chefes de agregados familiares. Ele acentuara, mais do que antes, a luta contra a pobreza e o desenvolvimento da estrutura física e social das zonas rurais.
- Do ponto de vista económico, os ajustamentos estruturais negociados com as IBWs, conduzem sucessivamente ao Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). O processo de liberalização da economia institucionaliza-se. O Impacto social do PRE em Moçambique tem sido uma das críticas mais candentes devido aos seus efeitos sociais serem extremamente altos. Avaliada a questão constata-se que o programa fora concebido em pleno período de guerra onde foi quase que impossível implementar na integra todas as medidas tendentes a melhorias das condições de vida do grupo populacional desprotegida, e, a crítica situação social que o País estava a enfrentar veio a agravar-se. Portanto a situação crítica social que se vive em Moçambique é resultado, tanto da guerra bem como do PRE (Entrevista, Dr. Rodolfo, Maio 1999).
  - No mesmo período o FMI aprovou uma facilidade de ajustamento estrutural, envolvendo a concessão de 85.4 milhões de DSE, para apoiar um novo programa de

reformas económicas, a ser desenvolvido entre 1990 e 1992, que tinha por objectivos dinamizar o papel do sector privado, promover o investimento e melhorar o acesso a importações e ao fornecimento de "inputs" industriais. Durante os primeiros três anos da implementação do PRE, o PIB registou um crescimento médio de 5% (Abrahamsson e Nilsson, 1994:51). Contudo, este desenvolvimento foi interrompido em 1990, ano em que o crescimento voltou a ser negativo. A produção continuou a decrescer até 1992, sendo 1.3% (1990); 2.7% (1991) e 2.4% (1992). O declínio do crescimento económico deveu-se entre outros factores a seca que afectou negativamente a produção nacional (agricultura), tanto quanto outros sectores dependentes; o envio tardio dos fundos financeiros provenientes do BM que só viria a disponibilizar-se nos finais de Agosto (CNP-Plano Económico e Social, 1993:2-9; Abrahamsson & Nilsson, 1994:51).

- Em Janeiro foi aprovada a nova Constituição da República: aprofundaram-se as liberdades democráticas, introduzira um sistema multipartidário e iniciara à preparação de negociações com a Renamo. Simultaneamente, a ajuda internacional aumentou drasticamente, bem como a influência política e económica dos doadores internacionais (Abrahamsson & Nilsson, 1994:67-69).

1991- Realizara o sexto Congresso da Frelimo, cujas decisões reiteraram ao abandono da via socialista em benefício da economia de mercado e introduziram o sistema multipartidária, e o país passa a designar-se "República de Moçambique" (Idem: 65-66).

- lei 115/91, regulamentada pelo decreto 28/91, estabelece normas sobre a reestruturação, transformação e redimensionamento do sector empresarial do Estado, incluindo privatizações;

- decreto 27/91 que cria a Comissão Interministerial para a Reestruturação Empresarial (CIRE);

- decretos 30/91 (e 3/93, 4/94) pelos os quais o Conselho de Ministros procedeu à identificação de empresas para privatização pelo abrigo do artigo 14 da lei 15/91.

1992- 4 de Outubro, fora assinado o "Acordo Geral de Paz" em Roma pelo governo e pela Renamo.

- No âmbito das reformas económicas o governo revelou um plano, elaborado de acordo com o FMI, destinado a reduzir drasticamente, em três anos as despesas públicas.

- Diploma ministerial 87/92 atribui à UTRE - Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas, do Ministério do Plano e Finanças, a função de órgão de coordenação para a reestruturação das grandes empresas.

- Foram anunciados, planos de venda das maiores empresas estatais, incluindo a fábrica de processamento da castanha de cajú de Moçambique, a Companhia Cometal e a Ifloma (Idem: 69).

1993 - Depois de vários anos de crise, verificou-se uma recuperação da actividade económica (crescimento do PIB de 8%), o melhor resultado dos últimos anos que se repercutiu sobre outros indicadores da actividade económica mercê à produção agrícola e ao comércio que beneficiaram de uma maior segurança e do retorno ao campo dos deslocados, equanto que o sector industrial privatizado tem vindo a desempenhar um papel crescente na economia. Com a introdução do PRES e o fim da guerra a produção interna de cereais conseguiu satisfazer cerca de 90% das necessidades da população contra os 15% durante a guerra e antes da introdução do PRES. Em contrapartida a dívida externa ultrapassava os 5 bilhões de dólares (Romão et al., 1998:73).

- 1994 - Realizam-se as primeiras eleições gerais, presidenciais e legislativas multipartidárias, da história do país.
- 1995 - A economia moçambicana apresentara resultados fracos (PIB regista uma taxa de crescimento real de 1,4%). A dívida duplicou. O FMI conclui que são necessários novos financiamentos, cuja concessão estará dependente de novas reformas económicas e sociais. Entre essas reformas destacaram-se a necessidade de redução das despesas públicas e o aumento das receitas fiscais, a intensificação das medidas de combate à fraude, a reformulação do sistema aduaneiro e um maior dinamismo no processo de privatizações em curso. Assim em Maio, foi apresentado à Assembleia da República um novo plano, o "Plano Quinquenal" (para vigorar entre 1995 e 2000), prevendo, entre outros aspectos a "garantia da manutenção da paz, estabilidade e unidade nacional e a melhoria do nível de vida da população (Palop, 1996/97:53-61);
- Mais de seis companhias da indústria de cajú foram privatizadas em 1994/95, vendidas por 9 milhões de dólares a compradores moçambicanos. Mais de 10 mil pessoas, na maioria mulheres, eram empregadas no processamento do cajú. Com a nova política do FMI os postos de trabalho foram reduzidos a 1500
- 1996 - Agosto: foi lançado o Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), com um fundo inicial de 15 bilhões de meticais.
- Na sequência do Plano Quinquenal, foi apresentado ao Grupo Consultivo, em Abril, um novo Programa Económico para 1996-1998, elaborado pelo Governo moçambicano, BM e FMI. Foi estimado que Moçambique necessitava, para 1996, de um financiamento externo total de 871 milhões de dólares, dos quais 59 milhões para ajuda alimentar, 168 milhões de ajuda à Balança de Pagamentos e 280 milhões de dólares para financiar investimentos e o FMI aprovou um empréstimo de 110 milhões de dólares.
  - Dada a evolução favorável da economia moçambicana foi possível, em Novembro do mesmo ano, na reunião do Clube de Paris, negociar o reescalonamento de 660 milhões de dólares de dívida pública e a redução do serviço da dívida em 67%, tendo ainda o BM concedido um empréstimo de 100 milhões de dólares (UTRE, 1997:10).
- 1997- No final do ano, a dívida externa de Moçambique era de aproximadamente 7,4 bilhões de dólares americanos, que dividido por 16 milhões de habitantes, dá o equivalente a mais de 450 dólares (5.3 milhões de meticais) por cada moçambicano. Paralelamente à crescente abertura e à normalização das actividades económicas, verifica-se uma tendência clara, embora lenta, para a diminuição da dependência face ao exterior. Moçambique fora indicado um dos próximos beneficiários da nova iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries), promovida pelas instituições financeiras internacionais (Palop, 1996/97:67).
- Com a implementação do PRES em 1990, e com a assinatura dos Acordos de Paz em 1992, Moçambique tem vindo a registar um dos mais elevados índices anuais de crescimento na ordem de 8% entre 1993 e 1997 (Banco de Moçambique, 1998:10).
  - Os bons resultados da implementação das reformas económicas tornaram Moçambique elegível à iniciativa promovida pelo FMI e pelo BM para países pobres e altamente endividados (HIPC). (Evolução das Economias dos PALOP, 1996/97:53).
  - Foram realizados 29 operações com o BM incluindo créditos de investimentos e cinco créditos de ajustamento no valor de US\$ 1,600 milhões, desde 1987. Anualmente são realizados consultas com o FMI no âmbito do artigo IV do acordo (Entrevista com Osman, Nov. 1997 e Hanlou, 1991:114).

- ◊ 1998 - O processo de privatizações como consequência do PRE, desde 1987 foram privatizadas mais de 500 empresas, compreendendo os mais diversos sectores de actividade e mais de 100.570 trabalhadores perderam os seus postos de trabalho.
- Estudos realizados sobre o impacto das privatizações na força de trabalho indica que a privatização em si só provocou apenas uma pequena percentagem na redução global do emprego formal e que a redução do mesmo deveu-se a factores externos ao ajustamento estrutural tais como a guerra, problemas de gestão antes do PRE e à reestruturação das empresas antes da sua privatização. Quanto ao seu impacto na economia mostrou positivamente no Orçamento Geral do Estado. Contudo 70% da população ainda vive na situação de extrema pobreza e 36% de criação menores de três anos sofrem de malnutrição crónica (UTRE, 1998:15; OTM, 1997:45 e Banco de Moçambique, 1997:20).

## CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Uma combinação de factores internos e externos determinaram a regressão drástica da economia moçambicana em 1982. Neste período, há uma crise da economia internacional, onde a África Subsahariana sentiu profundamente os efeitos da alteração dos preços do petróleo, fazendo subir ainda mais o custo dos factores de produção, sobretudo nos países não produtores do petróleo.<sup>1</sup> Para o caso concreto de Moçambique o impacto foi muito maior porque adicionaram-se a isso, os efeitos da guerra e a seca, além do enfraquecimento financeiro produzido pelas sanções contra a Rodésia do Sul na década anterior.<sup>2</sup> Não existem dúvidas que os choques externos, associados as consequências das políticas internas seguidas nos anos 70 (principais factores responsáveis pelas tendências negativas do desenvolvimento económico), contribuíram para a existência da crise económica, mas que mesmo sem alguma política de reajustamento estrutural a situação poderia vir a agravar-se.

① O Programa de Reajustamento Estrutural designa um conjunto de políticas de desenvolvimento económico que o FMI e BM "sugerem" para as economias em regressão e com graves desequilíbrios nas principais balanças macroeconómicas, como condição para a renegociação da dívida e para a concessão de novas linhas de crédito. No que concerne a Moçambique, após vários anos de negociações, a concessão de empréstimos, o perdão e reescalonamento da dívida foram

<sup>1</sup> Abrahamsson, H. & Nilsson A. Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique. Ed. CEEI-ISRI, Maputo, 1995: 8-9.

condicionados à assinatura do acordo com o FMI e com o BM e seguir as orientações destas instituições sobre a futura política económica interna do país, baseadas nos princípios da condicionalidade. Como consequência, Moçambique tornou-se membro das IBWs em 24 de Setembro de 1984, e assinou o acordo para a introdução do PRE em Maio de 1987, um processo em que foi implementado uma série compreensiva de reformas que equivaleram a uma mudança completa de direcção na estratégia económica.<sup>3</sup>

• O Programa de Reabilitação Económica, embora basicamente uma operação tradicional de ajustamento estrutural, no estilo do FMI e do BM, foi concebido e lançado pelo governo moçambicano antes de os acordos formais terem sido assinados; os seus objectivos visavam corrigir e estabelecer o comportamento da economia, como revelado pelos principais indicadores de equilíbrio económico nomeadamente: Balança de Pagamentos, Receitas e Despesas Públicas, inflação e a procura, para além de alterar o ambiente e a filosofia do desenvolvimento.<sup>4</sup> A introdução do PRE em 1987 foi o resultado de um processo iniciado em 1983, com a realização do IV Congresso da Frelimo que deu os primeiros passos à caminho das transformações económicas. O IV Congresso, realizado em Abril de 1983, traçara orientações muito claras quanto ao papel do sector privado na economia, à necessidade de liberalização de muitos sectores, na área dos preços, comércio à retalho, transportes, agricultura, etc.<sup>5</sup> Foram alterados também os próprios

<sup>2</sup> Planç, D. N. Aid, debt and the end of sovereignty: Mozambique and its donors. *Journal of Modern African Studies*, 1993:410-411.

<sup>3</sup> Roesch, O. Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação das Classes. Maputo, 1992:11-12.

<sup>4</sup> Idem., 11

<sup>5</sup> Idem., 6-9.

mecanismos de planificação de modo que ela fosse mais descentralizada para se dar mais prioridade aos distritos como núcleos básicos da economia.<sup>6</sup>

Face às decisões saídas do IV Congresso da Frelimo, em 1984 o governo adoptou um programa de Acção Económica para fazer face aos problemas económicos então existentes.<sup>7</sup> Desde que introduziu o PRE em 1987, o governo vem implementando-o com todo o rigor e sem interrupções das medidas acordadas. O programa quadro incluiu acções em duas vertentes para contrair a procura, e por outro lado estimular a produção, de modo que aumentasse a oferta de bens no mercado e se produzam excedentes para exportação.<sup>8</sup> Na prática parece mais fácil gerir do lado da procura, através de desvalorizações, reduções das despesas orçamentais do que agir do lado da oferta e reduzir ao máximo os custos sociais. Reduziu os subsídios às empresas e aos preços bem como os subsídios aos sectores sociais vitais tais como educação, saúde e alimentação, medidas que se reflectiram negativamente no orçamento dos agregados familiares mais vulneráveis.<sup>9</sup>

A complexidade do PRE resulta igualmente dele ter em simultânea três  objectivos económicos distintos (ainda que interdependentes): a estabilidade, o crescimento e o desenvolvimento. A política do ajustamento estrutural continua a suscitar bastantes divergências mesmo entre aqueles que admitem a sua necessidade, existindo uns (estruturalistas latinoamericanos) que defendem uma maior intervenção do Estado e outros como o Banco Mundial que recomendam,

---

<sup>6</sup> Roesch, 1992:5-1

<sup>7</sup> Idem., 11-12.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem., 26-7.

pelo contrário, uma maior desintervenção do Estado.<sup>10</sup> Qualquer país que enfrenta uma maior desequilíbrio económico tem de os reajustar; nos meados da década de 1980, Moçambique esgotara todos os seus recursos em moeda externa, e a sua dívida externa atingira 1,8 bilhões de dólares.<sup>11</sup> A questão relevante é como desenhar um pacote de ajustamento estrutural que irá minimizar os custos envolvidos neste processo enquanto procura-se prioridades objectivas e estabilidade económica. Como se pode depreender uma das principais críticas do PRE em curso no país relaciona-se com a dimensão social. O custo social do PRE tem sido extremamente alto.<sup>12</sup>

Partindo destes pressupostos o presente trabalho faz uma abordagem histórica do Impacto do Programa de Reajustamento Estrutural em curso no País, analisando o nível de vida, saúde e educação, emprego e o impacto do processo das privatizações na força de trabalho, e a dívida externa de Moçambique. O objectivo visa fundamentalmente demonstrar a hipótese de que a situação crítica social que se vive em Moçambique é resultado tanto da guerra bem como do PRE, e que sem perdão total da dívida, o país não alcançará a independência económica. Como resultado da guerra, muitas infraestruturas sociais dos sectores vitais como educação, saúde, meios de comunicação e sistema de distribuição de água, foram destruídas ou paralizadas, a produção agrícola inviabilizada, e cerca de cinco milhões de cidadãos tornaram-se refugiados, dentro e fora do país. Constatase que

<sup>10</sup> Entrevista com Dr. B.J.Rodolfo, Director do CEEI em Dezembro de 1998 e Abril e Junho de 1999.-A necessidade de adopção de PRE surgiu da crise que os países africanos atravessara a partir da década de 70 quando um número crescente das economias experimentara desequilíbrios macroeconómicos persistentes, crescentes e insustentáveis. Ao contrário dos países industrializados, para os quais for a concebida esta forma de actuar, a maior parte dos países africanos sofrem desequilíbrios, por vezes acompanhados por um défice na balança de pagamentos, com carácter mais estrutural.

<sup>11</sup> Grupo Moçambicano de Dívida. Maputo, 1998:4.

a dimensão social do PRE não foi contemplado no início, e apartir de 1987, os subsídios estatais começaram a serem reduzidas sobretudo nas áreas de saúde, educação e alimentação; para além disso, o programa foi introduzido em pleno período de guerra, onde era quase que impossível a sua implementação global. Por isso, a crítica situação social que se vivia no país antes da introdução do PRE veio a agravar-se. O tecido social moçambicano foi dilacerado pela guerra, e não como consequência imediata do PRE. Em Moçambique, mais de 70% da população geral e 62% do total da população assalariada no aparelho de Estado encontram-se em situação de extrema pobreza; a situação económica geral, particularmente o sector comercial rural, é extremamente frágil.<sup>13</sup>

4) Os impactos específicos dos programas de reajustamento estrutural, e particularmente os programas do FMI e do BM, tem sido longamente objecto de calorosos debates. A temperatura destes debates aumentara nos anos 80 quando o número de programas aumentou rapidamente.<sup>14</sup>

Em geral, as críticas argumentam que a continuação dos programas de reajustamento, e os seus alvos e objectivos tem estado em conflito com o perfil do crescimento destes países, e prestam pouca atenção às implicações distributivas: com efeito, o crescimento tem deteriorado ou não melhorou nos primeiros anos do programa, e houve um aumento significativo da pobreza extrema. Analisados os padrões de vida (consumo, o emprego e o acesso à saúde, educação e outros

---

<sup>12</sup> Hanlon 1997:4.

<sup>13</sup> Mole, P.N. O Impacto Social do Programa de Ajustamento Económico, In Castel-Branco, C.N., Moçambique. Perspectivas Económicas. Maputo:UEM/F.Ebert, 1994:173; Entrevista com Dr.BJ. Rodolfo, Comiche, E.C., Moçambique: Ajustamento Fiscal e Desenvolvimento. In Segundo Encontro de Lisboa. Banco de Portugal. Lisboa, 1992:99

<sup>14</sup> Veja-se Anexos, tabela nº1, para a adesão de alguns países africanos aos PAE.

serviços), (a conclusão é que o nível de vida das populações mais vulneráveis se tem deteriorado, e que a liberalização não permite a inversão dessa tendência.<sup>15</sup> A previsão indica que, sem novos investimentos significativos no sector real da economia, sem uma melhoria acentuada na distribuição da renda nacional, e sem uma reformulação substancial e efectiva das políticas de liberalização em curso, as condições sociais da maioria da população continuarão a deteriorar-se e a desigualdade social aumentará

➤ O impacto do PRE em Moçambique, sobretudo no que concerne ao processo de reestruturação e privatização das empresas estatais tem tido maiores reflexos negativos na força de trabalho, embora se discuta mais adiante que uma considerável redução de força de trabalho do sector formal tenha ocorrido muito antes do início do PRE, devido a ineficiência e paralisação das mesmas, umas por falta de matéria prima e outras pelo abandono dos seus proprietários. O processo das privatizações constitui elemento basilar do PRE para as economias outrora centralizadas como Moçambicana. O processo teve o seu início em 1985 numa forma não sistemática, quando as companhias estatais foram retiradas da tutela do aparelho do estado, e foram atribuídas responsabilidades autónomas e com carácter comercial para estimular o surgimento do sector privado. Com a implementação do PRE no âmbito do acordo com o FMI e com o BM, este passara a ser um dos basilares da política económica, “com objectivo de libertar a economia do controle do Estado”. Moçambique encontra-se presentemente a meio caminho do nível dos programas de privatizações das grandes empresas sob coordenação do Ministério

---

<sup>15</sup> Idem.

das Finanças e Plano, através da Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas (UTRE).

Do ponto de vista dos Programas de reabilitação, economicamente, Moçambique é um dos países a nível de África Austral bem sucedido. O impacto deste processo na economia é positivo, tendo registado um crescimento real do PIB em 1997 de 6,6% com uma inflação de 4,3% em igual período. Contudo, questões laborais decorrente do processo tem merecido grande destaque por repercutir efeitos negativos sobre os trabalhadores. Eles são despedidos em massa, e por vezes sem indemnização, sem reforma ou mesmo participação. Desde que iniciou o programa de reajustamento estrutural em 1987, mais de 100.570 trabalhadores ficaram sem os seus postos de trabalho.<sup>16</sup>

## OBJECTIVOS

Constituem objectivos gerais do trabalho os seguintes:

1. Perceber as causas que levaram o governo moçambicano a aderir ao FMI e ao BM e conseqüentemente à introdução do PRE em 1987, complementado pela introdução de medidas sociais em 1990, dando origem ao Programa de Reabilitação Económica e Social, presentemente em curso.
2. Entender se a introdução e implementação do PRE no período em análise foi a única alternativa encontrada para salvar o país da crise que atravessa.
3. Encontrar uma explicação lógica sobre a situação crítica social que se vive no país, se é ou não o resultado do PRE.

Relativamente às balizas cronológicas, abrange o período entre 1982 e 1997.

Dois factores básicos estiveram na definição destes limites. Primeiro, 1982 foi o ano em que Moçambique sentiu profundamente os efeitos da crise económica internacional, para além da guerra de desestabilização, que assolou todo o território e atingiu vários sectores de actividade produtiva. Em 1983, o valor das exportações decrescera para 10% do valor de 1981, e o financiamento de projectos de desenvolvimento para 52% do planificado; a produção industrial rondava entre 25 a 40% da sua capacidade; as reservas financeiras caíram drasticamente e a dívida atingiu 1,8 bilhões de dólares.<sup>17</sup> Estes factores levaram ao governo moçambicano a procurar novas alianças internacionais e o conduziu à assinatura do "Acordo de Nkomati em Março de 1984 e, em 24 de Setembro do mesmo ano a tornar-se membro do FMI/BM. Segundo, 1997 foi o ano em que Moçambique começou a figurar nos países em que se perspectivava a redução sustentada do peso da dívida externa através da nova iniciativa designada por HIPC (Heavily Indebted Poor Countries), promovida pelas instituições financeiras internacionais nos "Termos de Nápoles, que prevêem a possibilidade de levar a efeito reescalonamento que poderão resultar em reduções de 67% do valor actual líquido da dívida abrangida e no reembolso do remanescente em prazo não inferior a 23 anos." Em 1997 a dívida moçambicana era de 7,4 bilhões de dólares.<sup>18</sup>

## 1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA

Para a realização do trabalho foi feita uma consulta da bibliografia para obter as bases teóricas-conceituais e para avaliar o desenvolvimento do conhecimento

---

<sup>16</sup> Evolução das Economias dos PALOP, 1996/97:53.



científico sobre o tema. Foi feita a selecção de bibliografia principal, preparação e realização das entrevistas, e uma breve análises sobre as fontes principais consultadas (bibliografia e entrevistas).

A abordagem do tema será feita em quatro grandes capítulos: o primeiro faz uma breve introdução do tema; o segundo capítulo aborda as causas do PRE (1982-1987), analisando em primeiro lugar a crise financeira; implementação do PRE (1987-1990) e, a introdução da componente social no PRE passando a designar-se PRES (1990-1997). No terceiro capítulo faz uma abordagem histórica sobre o impacto do PRE analisando a evolução do nível de vida, saúde e educação, emprego e o impacto do processo de privatizações na força de trabalho, para além de tratar a dívida externa.

O enfoque do tema é basicamente social embora se introduzam algumas referências económicas e políticas. Elas servem para compararem os indicadores económicos como objectivos e pressupostos do PRE que possam permitir avaliar os benefícios sociais, enquanto que análises políticas avaliam o seu impacto quer social quer económica na mudança dos sistemas.

### 1.3 HIPOTHESES DE TRABALHO

Para o alcance dos objectivos preconizados formularam-se as seguintes hipóteses:

1. A crise económica que assolou o país desde 1981, e a escalada rápida da guerra de desestabilização económica que trouxe a necessidade de se introduzir

---

<sup>17</sup> Evolução das Economias dos PALOP, 1996/97:53

modificações na sua política económica, visando, fundamentalmente, a superação dos desequilíbrios macroeconómicos e a criação dum ambiente em que agentes privados assumem um papel crescente na vida económica como forma de o desenvolver e criar melhores condições de vida da população moçambicana.

2. O PRE(S) fora o resultado de um processo de luta contra o subdesenvolvimento desde a proclamação da independência Nacional, reforçado com a realização em 1983 do IV Congresso da Frelimo que tomou decisões tendentes à transformações económicas (de uma economia centralizada para uma economia do mercado).

Analisar o impacto do PRE é um exercício difícil devido a complexidade das fontes e de dados estatísticos consistentes e realistas; contudo, o trabalho procura mostrar que, embora se registe melhorias no desenvolvimento económico do país, a situação social da população mais vulnerável, já afectada pela guerra, está a degradar-se acentuadamente com a introdução e implementação do PRE, embora se reconheça que sem o PRE Moçambique teria sido pior.

O tema em abordagem é extremamente contemporâneo. Muitos dos factos relatados foram da nossa convivência. Na exposição utilizou-se uma linguagem transparente, fundamentalmente descritiva e nalguns casos ilucidativos em mapas e tabelas estatísticas (apenas neste trabalho). Utilizou-se uma estrutura de exposição baseada em factos e informações recolhidas a partir da bibliografia recomendada e das entrevistas concedidas pelas individualidades e pessoas singulares.

---

<sup>18</sup> Idem.

#### 1.4 ENTREVISTAS

As entrevistas serviram de complementar às informações recolhidas em fontes escritas. Por isso foram feitas entrevistas com as seguintes perguntas:

- Qual o impacto do PRE(S) , analisando o nível de vida; a saúde e educação emprego, privatizações e seu impacto sobre a força de trabalho.
- Quais foram as razões que levaram ao governo moçambicano a aderir ao FMI e ao BM e, conseqüentemente, à introdução do PRE.
- Caracteriza o ambiente político-social do Programa de Reabilitação Económica.
- Falar da dívida externa e do processo de reescalonamento. Como surgiu a dívida moçambicana e como se livrar dela e obter-se uma independências económica sustentável.
- Que considerações a tecer sobre o desenvolvimento económico actual de Moçambique.
- Que prioridades a definir no âmbito de programas de desenvolvimento económico para alívio à pobreza nas populações mais vulneráveis;
- Que outras informações adicionais sobre a implementação do PRE e seu impacto nas camadas mais vulneráveis desde 1987.
- Porquê da introdução da componente social enquanto decorria o primeiro acordo de reajustamento estrutural; o desenvolvimento económico e a democracia multipartidária no contexto do reajustamento estrutural em

### Moçambique.

A não existência de estudos sistematizados e aprofundados pesou sobremaneira na opção pela realização de entrevistas que incluíram individualidades, incluindo investigadores, de diferentes níveis hierárquicos, funções, experiência profissional ou sindical e ramos de actividade. Todos mostraram-se receptivos ao tema e prestaram informações muito úteis, mas o carácter das suas funções e a excessiva burocracia nas suas instituições dificultara por várias vezes os encontros. Não foi fácil alcançar os objectivos da entrevista. Cada interveniente tem sempre uma análise e avaliação diferente em torno do impacto do programa de reajustamento estrutural. A maioria dos entrevistados são defensores do PRE e do processo das privatizações. Avaliam-o como alternativa possível para salvar a economia do país e posteriormente o lançamento dos projectos que visam o melhoramento do nível de vida da sociedade moçambicana, através da criação de novos postos de trabalho. Chamam atenção ao governo no sentido de, junto às IBWs, rever as políticas erradas e dar prioridade a especificidade de cada região ou país.

Contrariamente, na industria de cajú, é contestada a política de exportação da castanha de cajú em bruto. A política tomada é tida como sendo prejudicial ao desenvolvimento económico do país, à industria de cajú, aos trabalhadores e população em geral.<sup>19</sup>

Dadas as dificuldades encaradas ao longo da recolha de informações, quer

---

<sup>19</sup> Entrevista com sr. Carlos Borralho, Director da Procajú e Vice-Presidente da AICAJU.

em fontes escritas, quer em orais, o trabalho não poderá oferecer respostas claras e precisas. O PRE é um processo complexo e contínuo com vários cenários para os quais poucos têm respostas feitas para oferecer.

## 1.5 ANÁLISE DAS FONTES

### 1.5.1-BIBLIOGRAFIA

Em termos de obras já publicadas, de facto grande parte da literatura referenciada e/ ou alistada faz uma abordagem da problemática do PRE bem como do PAE e as políticas das IBWs. Os autores abordam sob vários ângulos as origens do PRE(S) em Moçambique, assim como o seu impacto na sociedade moçambicana.

O principal argumento sobre a origem do PRE aponta para a crise económica internacional da década de 1980 que afectou drasticamente a África Subsahariana, e cujo o impacto no país foi maior, porque se adicionara a isso os efeitos da aplicação de sanções contra Moçambique na década anterior, a seca, e a escalada rápida da guerra de desestabilização, que afectou todo o território moçambicano.

Nessa bibliografia, há abordagens gerais e específicas. Para o período e tema em estudo, são de extrema importância e de leitura obrigatória os seguintes autores:

- Abrahamsson & Nilsson, (1994): Visualiza em primeiro plano a política aplicada que vai desde a introdução da economia planificada, a luta pela modernização, compromissos regionais, progressos iniciais logo após a independência nacional, para depois analisar os reverbos económicos, desembocando no ponto essencial, o Programa de Reabilitação Económica. Vincula que o governo implementou o programa rigidamente e sem

interrupções o que lhe valeu as facilidades financeiras internacionais e sobre o impacto do mesmo aponta para o abrandamento do declínio da produção agrícola nos primeiros três anos da implementação (1987-1989) e crescimento negativo a partir de 1990, que se prolongou durante o ano de 1991 e indica que as condições de vida da população rural não teve melhorias desejadas.

- Abrahamsson & Nilsson (1995): Analisa o impacto da crise económica mundial em que a África Sub-Sahariana sentiu profundamente os efeitos da alteração do preço do petróleo e as IBWs se valeram para introduzirem PAE a partir dos anos 70 e 80; analisam também a situação política da África Austral, destacando a estratégia total do P.W Botha, a desestabilização militar e económica contra Moçambique e a globalização crescente e marginalização do continente Africano, que diminuíram drasticamente o espaço de manobra. A necessidade de Moçambique buscar novas alianças políticas, tomando em conta a reduzida capacidade económica da então URSS, e o comportamento e resposta dos doadores quanto a ajuda externa a África são analisados. Os autores pecam ao indicar as causas do impacto negativo do PRE em Moçambique como sendo a única base dos problemas económicos do país, ignorando os antecedentes económicos e a guerra de desestabilização.
- Castel-Branco (1994): Faz uma análise da situação económica de Moçambique após a introdução do PRE, sustentando que o seu crescimento foi resultado do afluxo da ajuda externa e não tanto pelas

reformas económicas, e é essa que tem desempenhado um papel preponderante no alívio das populações em situação de extrema pobreza.

Na sua reflexão sobre o impacto do programa de ajustamento económico,

indica que a situação crítica social que se vive em Moçambique é resultado,

tanto da guerra bem como do PRE. O tecido social dos moçambicanos foi

dilacerado pela guerra e não pelo PRE. Mostra as causas do endividamento

crescente de Moçambique, que pelas suas características, está mais

associado ao investimento e ajuda externas. Demonstra que a actual

política de créditos não é favorável ao desenvolvimento do sector

produtivo como forma de promover o emprego e absorver a mão-de obra

desempregada. Sobre a política salarial em vigor afirma não estar em

conformidade com a subida galopante do custo de vida remetendo a

maioria dos trabalhadores para uma situação de extrema pobreza.

Refletindo sobre a eficiência das privatizações argumenta que estas

deveriam favorecer o enquadramento económico dos empresários. Faz um

estudo com tendência a demonstrar que a experiência da privatização na

indústria moçambicana ainda não forneceu evidências suficiente que

permitam em definitivo, comprovar ou rejeitar cada um pressuposto

apresentado.

- Green (1988): Analisa a política económica nacional anterior ao PRE e demonstra que o país herdou uma estrutura económica desestabilizada sem recursos humanos para gerir. Argumenta que o PRE tem as suas origens a partir de 1983 com a realização do IV Congresso. Foi na implementação

das medidas saídas do IV Congresso que o governo da Frelimo enveredou por uma via mais flexível que culminou com a revisão profunda no mecanismo da gestão e administração da economia e, em 1986, iniciara uma série de ajustamentos estruturais e posteriormente tornou-se membro do FMI e do BM. Analisando o impacto do PRE, numa das suas abordagens, argumenta que nos primeiros três anos da introdução do PRE retomou-se o crescimento económico na ordem de 2%, 4%, e 5% respectivamente. Estuda a situação da pobreza absoluta em Moçambique, pobreza estrutural e conjuntural bem como os grupos populacionais mais desfavorecidos.

- Hanlon (1991): Analisa a luta da Frelimo para manter o controlo da economia. O autor faz referência aos três anos de batalha sem sucessos para descobrirem o caminho a médio prazo. A Frelimo pretendia fazer três coisas em simultânea: seguir a via socialista modificada, corrigir os principais problemas económicos e fazer modificações suficientes para a satisfação dos doadores, o que foi um insucesso. Faz algumas referências pelas quais o ajustamento estrutural foi infrutífero em Moçambique. Demonstra o impacto da adopção do pacote de ajustamento estrutural do FMI e do BM. Analisa o ambiente que caracterizou as conversações iniciais entre o Governo e o FMI e o BM com tendência a demonstrar que em algumas ocasiões houveram divergências quanto ao ponto de vista do problema económico e da definição das prioridades. Enquanto o governo dava prioridade a agricultura familiar o FMI a estabilização

macroeconómico. A razão das divergências assentara na ausência do conhecimento da realidade Moçambicana por parte do FMI e do BM.

- Hanlon (1997): Aborda a situação actual do país, dando premissas desde o tempo colonial até ao período pós-independência Nacional. A independência política sem a económica torra-se problemática. Argumenta que com o fim da guerra fria pós-se termo as guerras por procuração, passando a dominar os acordos negociados onde geralmente os países africanos saiem em desvantagem. Descreve o surgimento das IBWs, seus objectivos, a sua política e sistema organizacional. Analiza a política do processo de privatizações e seu impacto para a economia moçambicana e trabalhadores em geral. Sobre o PRE, faz um estudo com tendência a demonstrar que várias medidas tomadas no âmbito do PRES foram uma imposição do FMI e do BM e não estão sendo alcançando os objectivos, mesmo com o fim da guerra "paz sem benefício".
- Hermele e Rudebeck (1990): Um estudo sobre as causas que levaram o governo moçambicano a procurar novas alianças políticas, e posteriormente à introdução do PRE observando os critérios do PAE. Avalia os êxitos e fracassos do PRE, indicando o crescimento económico nos primeiros três anos (4-5% do PIB e 1-2% per capita) e fortes indícios de crescimento da pobreza urbana. Avalia o impacto social do PRE analisando as áreas de saúde e educação. 2/3 da população moçambicana vivem em condições de pobreza absoluta.
- Plank (1990): Visualiza a situação do continente africano com o fim da

guerra fria; o poder de negociação dos seus líderes diminuiu drasticamente e analisa a situação geral de Moçambique, desde o tempo colonial até 1980, período em que a guerra civil intensificou. Analisa a ajuda externa, a dívida moçambicana e o fim da soberania económica. Argumenta que o crescimento económico registado nos primeiros três anos da implementação do PRE foi resultado do aumento do fluxo de ajuda externa e importações feitas pelos doadores. Moçambique está entre os países mais dependentes de ajuda externa. Mostra que em 1990 as exportações reduziram para 126 milhões de dólares contra 280 em 1981, enquanto que importações aumentaram de 592 milhões de dólares em 1981 para 878 milhões de dólares em 1990. Faz uma avaliação sobre o governo moçambicano com tendência a demonstrar que são vulneráveis a qualquer situação razão pela qual lhes levava a cumprir rigorosamente as prescrições do FMI/BM: "Moçambique tem um governo com o qual se pode trabalhar facilmente" (p.419). Não avalia a vontade política do governo de implementar as medidas de reforma para alcançar um crescimento económico desejado e desenvolvimento do país e da sociedade em geral. É pessimista quanto ao futuro de Moçambique ao afirmar que não alcançará um desenvolvimento sustentável.

- Roesch (1992): Aborda as causas que ditaram a introdução do PRE e seu impacto social e demonstra que as reformas económicas em curso no país tem as suas raízes nas decisões tomadas pelo IV Congresso da Frelimo realizado em Abril de 1983. O IV Congresso apelou para grandes

mudanças na estratégia de desenvolvimento económico. Analisa as consequências sociais e políticas do PRE e traz à tona o impacto causado pela redução drástica do orçamento para o funcionamento normal do Estado, a corrupção generalizada, e a saída de trabalhadores do estado para o sector privado. Os autores argumentam que no processo da implementação das reformas económicas podemos distinguir dois momentos essenciais: a mudança fundamental de paradigma de uma economia de direcção centralizada para uma economia de mercado, marcando profundamente a vida, a mentalidade e as atitudes dos moçambicanos por tudo o que o PRE representara; a incorporação da componente social no PRE, passando a designar-se PRES, numa tentativa de atenuar os seus efeitos negativos. Para o efeito, o governo tem se empenhado na introdução de diversos programas de apoio e alívio à pobreza, quer em aumento de programas de emergência, quer em criação de instituições para lidar especificamente com questões sociais. Foi nesse contexto que surgiu por exemplo o Secretariado do Estado para Acção Social, actual Ministério para Acção Social.<sup>20</sup>

- Zacarias (1990): Avalia o impacto das mudanças internacionais sobre Moçambique e sobre a região. Sobre o tema em estudo afirma ter as suas origens nas decisões saída do IV Congresso em 1983 e que a adesão do país ao FMI e ao BM foi condição necessária para a perdão e reescalamento da dívida e que mesmo com a introdução do PRE a vida

<sup>20</sup> Comité Central da Frelimo. Programa do Governo. Maputo, 1995/1999:8-10.

da população continua a deteriorar-se.

## CAPÍTULO II: PROCESSO DE REABILITAÇÃO ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE

*ouje*

Uma combinação de factores internos e externos conduziram o País a uma crise económica e financeira sem precedentes nos princípios da década de 1980, a destacar: as políticas agrárias do governo adoptadas após a independência nacional (que assentavam em dois eixos—o sector empresarial estatal como forma de produção dominante, e o sector cooperativo), os efeitos da crise da economia internacional, uma seca prolongada que diminuiu ainda mais a produtividade agrícola, e a guerra de desestabilização económica que assolou todo o território moçambicano.<sup>21</sup> Este capítulo analisa os aspectos económicos e financeiras como contexto do surgimento e implementação do PRE(S).

### 2.1 CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Moçambique juntamente com outros países da região da África subsahariana, sofreu os efeitos da crise da economia internacional, sobretudo a alteração dos preços de petróleo, agravamento da taxa da dívida externa e deterioração em termos de troca; por exemplo, o valor das exportações decresceu de uma média de 280 milhões de dólares em 1980/81 para uma média de 90 milhões de dólares entre 1984 a 1988.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Castel-Branco, C.N. Problemas Estruturais de Desenvolvimento Agrário, in Castel-Branco, C.N. (org.) Moçambique. Perspectivas Económicas. UEM/ em associação com Fundação Friedrich Ebert. Maputo, 1994:31-54.

<sup>22</sup> Hanlon, 1991: 23, 268.- A crise económica provocada pela desestabilização militar mergulhou o país em défices fiscais e cambiais que provocaram duma forma generalizada a carência alimentar, a inflação e mercados paralelos.

( O sector de comércio (exportação) teve efeitos negativos duplos: o impacto da redução de preços de algumas mercadorias no mercado internacional; a queda drástica na produção interna de mercadorias agrícolas para exportação (p.ex. a produção de algodão caiu 75% em 1985, e a produção de açúcar e chá desceu ainda mais.<sup>23</sup>) O financiamento conseguido para projectos de desenvolvimento decresceu em 1983 para 52% e as importações decresceram de 836 milhões de dólares em 1982 para 540 milhões de dólares em 1984.<sup>24</sup> Registara o declínio da produção global a um ritmo de cerca de 8% por ano; a capacidade produtiva industrial passou a funcionar a 25 a 40% da capacidade instalada, e a produção agrícola reduziu-se a cerca de 50%.<sup>25</sup> )

Quando o ambiente interno e externo de Moçambique entrou em crise, o país necessitava de crescentes recursos financeiros para manter o seu programa de desenvolvimento. Como resultado, começou a contrair empréstimos significativos da comunidade internacional; por volta de 1983, a carga da dívida aumentou para aproximadamente 1,8 bilhões de dólares. Mas esses empréstimos não ajudaram o país a sair da sua situação económica em deterioração; o que aconteceu foi que a economia do país se contraiu e foi-se tornando cada vez mais difícil para o pagamento das suas dívidas.<sup>26</sup>

Dada a magnitude da crise económica, tornou-se urgente para Moçambique tomar novas iniciativas, quer a nível interno, quer a nível internacional. A nível interno foi necessário introduzir novas políticas para o desenvolvimento da

<sup>23</sup> Banco de Moçambique, 1987-1989:8

<sup>24</sup> Hanlon, 1991:268

<sup>25</sup> Banco de Moçambique 1989:10-15. Vd. Grupo Moçambicano de Dívida. Maputo, 1998:4.

agricultura privada em vez de Estatal. A nível externo, inicialmente, Moçambique tentou juntar-se a COMECON – Comunidade Económica de Leste, e esta não aceitou apoiá-lo porque Moçambique era estado africano e a COMECON era uma organização para os países socialistas. Em 1982, foi assinado um acordo comercial com a Alemanha 'Federal' que culminou com a ajuda da comunidade europeia no mesmo ano, para poder constituir uma alternativa viável.<sup>27</sup> Pediu apoio diplomático junto do Reino Unido e os EUA, no sentido de pressionar a RAS a parar com as agressões militares e desestabilização militar contra Moçambique.<sup>28</sup>

Em 1983 o Presidente Samora Machel faz uma viagem diplomática para Europa Ocidental, visitando: Portugal, França, Grã-Bretanha, Holanda e Bélgica. Em Bruxelas a delegação de Machel teve conversações com o governo da Bélgica e com a CE e mostrou interesse de Moçambique fazer parte da "Convenção de Lomé".<sup>29</sup> A campanha diplomática teve resultados imediatos. As relações entre Moçambique e EUA melhoraram substancialmente. Em 1983 o governo americano começara a condenar a agressão sul-africana. Os EUA, Grã-Bretanha e Portugal pressionara a RAS para assinar acordo de não agressão com o governo moçambicano e a 16 de Março de 1984 assina-se "acordo de Nkomati".<sup>30</sup> O acordo não trouxe paz para Moçambique, e as acções da Renamo agudizaram-se. Contudo, a viagem do Machel nos países ocidentais, que visava angariar mais amigos no

<sup>26</sup> Hermele, K. & Rudebeck, L. Nas Encruzilhadas: Alianças Políticas e reajustamento Estrutural. Dois Ensaios sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, Uppsala, 1990: 5-6.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Entrevista com Dr. B.J. Rodolfo.

<sup>29</sup> Idem.; vd Hermele e Rudebeck, 1990: 6-9

<sup>30</sup> Entrevista com Dr. B.J. Rodolfo; Vd Abrahamsson. & Nilsson, 1995: 8-11



Finanças e Dr. Mário Machungo a Primeiro-Ministro. Houve uma vontade política do partido Frelimo de se introduzir reformas económicas que se pretendiam. O governo moçambicano tomou sozinho a decisão de introduzir e implementar o PRE sem qualquer acordo prévio com o FMI e BM, porque estes não acreditavam na determinação do governo moçambicano introduzir as reformas necessárias. Só quando avançara com o programa foi quando estes se aperceberam que havia uma vontade política de fazer mudanças. Esta convicção levou as IBWs a abraçarem o programa. Havia uma discussão interna dentro das IBWs sobre a definição das prioridades a avançar; se seria a estabilização macroeconómico ou o crescimento, discussão que tem alimentado alguma polémica no País.<sup>35</sup>

## 2.2 IMPLEMENTAÇÃO DO PRE (1987-1990)

À luz da experiência adquirida desde a proclamação da Independência Nacional, o Governo moçambicano vem introduzindo modificações na sua política económica a partir dos meados da década de 80, visando, fundamentalmente, a superação dos desequilíbrios macroeconómicos e a criação de um ambiente em que agentes privados assumem um papel crescente na vida económica do País.

Estas modificações foram formuladas organicamente, pela primeira vez, em 1987 no Programa de Reabilitação Económica (PRE), com os seguintes objectivos:

- assegurar o crescimento contínuo da produção, sobretudo agrícola;
- fortalecer a posição da Balança de Pagamentos;

---

<sup>34</sup> Entrevista com Dr. A.P. Abreu, Maputo, Junho de 1999

<sup>35</sup> Entrevista com Dr. Abreu. Maputo, 1999.

- reabilitar infraestruturas físicas e a capacidade industrial;
- reduzir os desequilíbrios financeiros internos e externos;
- reduzir as intervenções administrativas na economia e reforçar o papel das instituições na programação e controlo da execução das políticas;
- aumentar os rendimentos da população rural;
- reduzir a pobreza.<sup>36</sup>

Em Maio do mesmo ano, foi anunciada a adopção do PRE, negociado com o FMI e com o BM, que marcou o início do processo de reforma, destinado a vigorar até 1990,<sup>37</sup> tendo para o efeito, sido concedida uma ajuda de 38,74 milhões de dólares de Direito de Saque Especial, onde outros doadores bilaterais e multilaterais aumentaram substancialmente a ajuda concedida. O PRE visava, essencialmente, aumentar a eficiência económica e reduzir os défices internos e externos.<sup>38</sup> Desta forma, a implementação do PRE implicou a adopção de um conjunto de medidas que visavam preparar a transição de um sistema de economia de planificação centralizada para uma economia de mercado.<sup>39</sup>

Moçambique constitui um caso particular em virtude de estar a introduzir profundas reformas estruturais em situação de guerra. Como o programa foi introduzido numa situação de guerra, muito não podia ser feito e, como resultado, nenhum destes principais objectivos foram alcançados no curto prazo.<sup>40</sup>

As principais componentes do PRE podem resumir-se nos seguintes pontos:

<sup>36</sup> Maleiane, A. Estabilização Monetária e Cambial. In 2º Encontro de Lisboa entre as Delegações de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à Assembleia Anual do FMI/BM. Banco de Portugal. Ministério das Finanças. Lisboa, 1992:59. e Governo L No

<sup>37</sup> Idem., p.24.

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Evolução das Economias dos PALOP. Dtº de Relações Internacionais Área de Coeperação, 1997:51-55

- Desvalorização sucessiva e substanciais da moeda nacional, o metical, sendo (% anual), 615,9(1987), 82,6(1988), 24,7(1990). Esta situação tem afectado negativamente as tentativas do governo de reduzir a inflação, visto que o mercado doméstico é altamente dependente das importações;<sup>41</sup>
- Medidas de carácter fiscal, que previam a redução do défice orçamental (de 50%, em 1986, e para 25%, em 1987), aumento dos impostos sobre o rendimento e redução dos gastos do Estado;
- Medidas de carácter monetário incluindo um crescimento controlado do crédito, a ligação dos aumentos salariais com a produtividade e o estabelecimento de um mercado secundário de divisas;
- Introdução de estímulos à desregulamentação dos preços anteriormente fixados pelo governo;
- Incentivos concedidos aos agentes económicos privados nos sectores agrícolas e industrial;
- Maior ênfase colocada nas actividades de substituição de importações e naquelas geradoras de maior valor acrescentado, ao mesmo tempo que se procurava aumentar o fluxo de exportações—face ao insustentável défice comercial—, e a concessão de novos incentivos aos investidores estrangeiros.<sup>42</sup>

Uma análise curta do que já foi feito no período em análise, aponta para alguns problemas que o programa de reabilitação enfrentara. Durante os primeiros três

<sup>40</sup> Banco de Moçambique, 1997:51-55. Vd. Mole, 1994:173.

<sup>41</sup> Banco de Moçambique, 1997:58.

<sup>42</sup> Roesch, 1992:11.

e o poder 174

anos da implementação do PRE, embora uma parte dos seus objectivos não tenha sido atingida, o PIB registara um crescimento médio de 5%.<sup>43</sup> Este crescimento foi principalmente atribuído ao aumento do fluxo de ajuda externa e importações feitas pelos doadores.<sup>44</sup> Em 1990 conheceu um decréscimo de 1.3%, devido entre outros factores à seca que afectou negativamente a produção nacional (agricultura) tanto quanto outros sectores dependentes; o envio tardio dos fundos financeiros, provenientes do Banco Mundial e da Comunidade Europeia, que só viriam a ser disponibilizados muito tardiamente. Os donativos ascenderam a mais de 950 milhões de dólares em 1990. Durante o ano de 1990 o apoio às importações e à balança de pagamentos correspondia a cerca de 26% do fluxo de ajuda. O apoio a projectos correspondia a aproximadamente 22% da ajuda e financiava quase 75% do programa de investimento do governo. O apoio em forma de pessoal e equipamento ascendia a 27%, a ajuda alimentar cerca de 6% e de emergência aproximadamente 18%. Na tabela nº2 são apresentados alguns elementos relativos a ajuda externa ao país desde 1985 à 1990.

A análise de Hanlon (1997:16) confirma que a ajuda externa aumentou de 360 milhões de dólares em 1985 para 700 milhões de dólares em 1987 e a 1 bilhão de dólares em 1990. Moçambique passou a ser o maior receptor de ajuda externa a nível da África Sub-Sahariana.<sup>45</sup>

No concernente as exportações, depois de um abrandamento em 1988, estas voltaram a ter um crescimento relativamente rápido em 1989. Esta evolução foi consequência de uma das principais medidas de política adoptadas à luz das novas

<sup>43</sup> Abrahamsson & Nilsson, 1994:51.

orientações saídas do IV Congresso, que visavam o reequilíbrio externo. Em relação à dívida externa, ela foi crescendo: por volta de 1985, a dívida tinha atingido os 2,6 bilhões de dólares, e em 1987 tinha aumentado para quase 4 bilhões de dólares.<sup>46</sup>

As transformações na política económica que se deram em Moçambique no âmbito do PRE não se limitaram às acções com impacto directo no equilíbrio externo. Muitas outras medidas foram tomadas com o objectivo genérico de assegurar o funcionamento das leis do mercado afim de, melhorar a afectação de recursos. Os subsídios a alguns bens de consumo foram drasticamente reduzidos em 1987/90, as despesas orçamentais destinadas à educação foram reduzidas de 409 meticais por pessoa para 128 meticais em 1987 para em 1990 subirem para 215 meticais por pessoa. Na saúde baixaram de 132 meticais em 1980 para 53 meticais em 1987, aumentando em 1990 para 61 meticais.<sup>47</sup>

Em Junho de 1990, o FMI aprovou uma Facilidade de Ajustamento Estrutural, envolvendo a concessão de 85,4 milhões de DSE, para apoiar um novo programa de reformas, a ser desenvolvido entre 1990 e 1992, que tinha por objectivos dinamizar o papel do sector privado, promover o investimento e melhorar o acesso a importações e ao fornecimento de "inputs" industriais.<sup>48</sup> Mais tarde o PRE acaba por transformar-se em 1990 no Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), pretendendo adquirir alguma dimensão social, que fosse um pouco mais além da mera imposição de reformas económicas.<sup>49</sup>

<sup>44</sup> Plank, 1993:412.

<sup>45</sup> Hanlon, 1997:16.

<sup>46</sup> Grupo Moçambicano da Dívida. Maputo, 1997:4

<sup>47</sup> Abrahamsson & Nilsson, 1994:58.

<sup>48</sup> Comité Central da Frelimo. Programa do Governo, Maputo, 1995:32.

<sup>49</sup> Abrahamsson & Nilsson, 1994:49.

### 2.3 INTRODUÇÃO DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL(PRES) (1990-1997)

Em Janeiro de 1987, foi iniciada a implementação do Programa de Reabilitação Económica(PRE), <sup>em 1990</sup> concebido pelo governo, inspirado e condicionado pelas políticas do FMI e do BM. Pelo facto do PRE não ter apenas uma vertente económica, mas também social, em 1990 foi introduzido a componente social, passando a designar-se Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), com os seguintes objectivos:

- Reverter os declínios na produção;
- Aumentar os rendimentos da população rural bem como o nível de consumo mínimo;
- Reinstalar o balanço macroeconómico através da redução do déficite orçamental;
- Reduzir os desequilíbrios financeiros.<sup>50</sup>

O governo moçambicano, no grupo consultivo em Paris, acentuara mais do nunca a necessidade da luta contra a pobreza e o desenvolvimento da estrutura física e social das zonas rurais.<sup>51</sup>

No final de 1990, com a aprovação da nova constituição, o sistema de economia de mercado substituiu, formalmente, o sistema económico centralmente planificado. Os primeiros efeitos ocorreram num contexto de persistência de graves desequilíbrios internos (condições climáticas desfavoráveis e a guerra civil), e

<sup>50</sup> Gobe, A.M. A Situação Económica do País, in Castel-Branco, C.N. (org.) Moçambique. Perspectivas Económicas. UEM/ em associação com Fundação Friedrich Ebert. Maputo, 1994:6.

alguma desaceleração do crescimento económico mundial, com repercussão a nível da procura externa dirigida aos produtos moçambicanos.<sup>52</sup>

Em 1991, ainda se verificou um crescimento económico assinalável, cerca de 4,9%, que resultou, em grande medida, da aplicação progressiva das reformas previstas no âmbito do PÆ, em que um dos principais componentes era a privatização da maior parte das grandes empresas estatais.<sup>53</sup>

A situação volta a agravar-se em 1992, ano que pode ser considerado como o pior em termos de performance económico desde 1987. Os principais indicadores macroeconómicos registaram comportamentos negativos: o PIB registou um decréscimo de 0,8, a inflação atingiu quase 46% e as transacções de bens e serviços ultrapassaram o PIB. Este decréscimo deveu de entre outros factores: atrasos nos fluxos de ajuda externa para o financiamento das importações, da seca ocorrida em 1990, e da continuação da guerra até finais de 1992.<sup>54</sup>

Em Março do mesmo ano o governo revelou um plano, elaborado de acordo com o FMI, destinado a reduzir drasticamente, em três anos, as despesas públicas. O plano previa reduções do investimento na agricultura, indústria extractiva e transformadora, acompanhado de um programa de privatizações nestas áreas, com ênfase especial na reabilitação das infra-estruturas. Foram anunciados planos de venda das maiores empresas estatais, incluindo a fábrica de processamento da castanha de cajú, Cajú de Moçambique, a Companhia Cometal e a Ifloma (ligada à silvicultura). Entrou ainda em vigor uma nova política cambial, pelo que as

<sup>51</sup> Abrahamsson & Nilsson, 1994:49.

<sup>52</sup> Gobe, 1994:8.

<sup>53</sup> Hanlon, 1997:94-95.

<sup>54</sup> Gobe, 1994:8.

operações de compra e venda de divisas se tornaram possíveis junto dos Bancos Comerciais e outros operadores devidamente autorizados, bem como o código de investimento, concedendo benefícios fiscais e aduaneiros idênticos para investidores nacionais e estrangeiros.<sup>55</sup>

Finalmente, em 1993, depois de vários anos de crise, verificou-se uma recuperação da actividade económica traduzida, entre outros aspectos, num crescimento do PIB em 19%, o melhor dos últimos anos, onde em 1995 apresentara resultado fracos com uma taxa de crescimento real de 1,4%.<sup>56</sup>

Neste contexto, o FMI conclui que são necessários novos financiamentos, cuja concessão estará dependente de novas reformas económicas e sociais. Entre essas reformas, destaca-se a necessidade de redução de despesas públicas e o aumento das receitas fiscais, a intensificação das medidas de combate à fraude, a reformulação do sistema aduaneiro e um maior dinamismo no processo de privatizações em curso. Por outro lado, a comunidade internacional condiciona a concessão de novas ajudas à imposição de medidas concretas para a recuperação da situação económica e financeira do país, manifestando preocupações idênticas às do FMI: controle da inflação, que tornara a subir, redução do défice orçamental e do desequilíbrio da balança de pagamentos. Assim, em Maio de 1995, foi apresentada à Assembleia da República um novo Plano, o "Plano Quinquenal (para vigorar entre 1995 e 2000), prevendo entre outros aspectos: garantia da manutenção da paz, estabilidade, unidade nacional e a melhoria do nível de vida da população.<sup>57</sup>

<sup>55</sup> UTRE-Privatizações em Moçambique. Maputo, 1998:2-6.

<sup>56</sup> Banco de Moçambique, 1997:47-49.

<sup>57</sup> Comité Central da Frelimo, 1998.

adoptadas e que nas suas linhas fundamentais segue de certo modo os demais programas de reajustamento estrutural patrocinado pelo FMI.

É verdade que nos últimos anos o problema da dimensão social dos programas de reajustamento estrutural tem vindo a ocupar um lugar crescente nas preocupações das instituições financeiras internacionais (UNICEF e outras agências) obrigaram ao Banco Mundial e até ao FMI a prestarem maior atenção na matéria, mas essa preocupação torna-se muito insuficiente, como veremos no próximo capítulo.<sup>60</sup> A Tabela nº3 mostra os principais indicadores económicos (1987-1997).

---

<sup>60</sup> Cornia, G.A., et. al. *Ajustment with a Human Face: Protecting the Vulnerable and Promoting Growth*, Oxford: Clarendon, 1989:103.

### CAPÍTULO III: O IMPACTO DE REAJUSTAMENTO ESTRUTURAL

Apesar de Moçambique situar-se no grupo dos países mais pobres do mundo e possuir um dos PIBs per capita mais baixos (80 dólares em 1990),<sup>61</sup> condição essa atribuída a diversos factores desfavoráveis, de entre os quais se destacam a longa guerra civil e de desestabilização económica, o governo moçambicano tem conseguido um progresso significativo de recuperação económica, reduzindo os desequilíbrios macroeconómicos e liberalizando a economia com a implementação do Programa de Reabilitação Económica e Social, em curso no País.

Esse processo de evolução positiva resulta, em grande medida, da normalização político-militar subsequente aos acordos de paz em 1992 e às eleições gerais de 1994, assim como da respectiva gestão macroeconómica, considerada globalmente adequada.<sup>62</sup>

Graças a tais progressos (evolução favorável da economia moçambicana em que o PIB cresceu, em 1996/97, em termos reais, 6,4% e 6,6% respectivamente), e à introdução acelerada de diversas reformas estruturais de longo alcance, Moçambique, em 1997 apresentara boas perspectivas de rápido acesso à nova iniciativa HIPC, promovida pela comunidade internacional para um alívio duradouro da dívida externa dos países pobres altamente endividados.<sup>63</sup>

Contudo, a severidade do programa nas camadas mais vulneráveis tem aumentando a desigualdade social e a pobreza. A inclusão da componente social no

<sup>61</sup> Plank, 1993:407.

<sup>62</sup> INF-Anuário Estatístico, 1996/97.

<sup>63</sup> Idem.

programa é o reconhecimento destes efeitos sobre as várias camadas sociais.]

Decorridos dez anos desde a sua implementação, período que este trabalho analisa vejamos agora o seu impacto social nas camadas mais vulneráveis, consciente de que o mesmo ainda está em curso, não podendo as considerações que se seguem refletir os resultados finais a médio e longo prazo.

### 3.1 NÍVEL DE VIDA DA POPULAÇÃO

Apesar de um dos objectivos do programa de reabilitação económica e social ser o de reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais vulnerável, e apesar de um crescimento substancial da economia moçambicana (médio anual de 8% registado em 1997),<sup>64</sup> a situação da maioria mantém-se inalterável, sobretudo nas zonas rurais. Os efeitos inflacionárias das repetidas desvalorizações chocou de forma contundente as zonas rurais sobretudo as camadas com poucas posses financeiras e outras fontes complementares de rendimentos mensais. As estatísticas de 1997 indicam que 70% da população moçambicana vive a baixo da linha de pobreza e 36% das crianças sofrem da malnutrição crónica. Para além das calamidades naturais, esta situação é atribuída, de entre outros factores, à guerra de desestabilização, que destruiu a maioria das infraestruturas sociais de sectores vitais, e que até 1992, impossibilitou trabalhos de desenvolvimento nas zonas rurais, e inviabilizou a produção agrícola.<sup>65</sup> O programa tem agravado os desequilíbrios regionais; aumentou a diferenciação social entre os ricos e os pobres, ficando os primeiros cada vez mais ricos que os últimos; alargou a faixa da

<sup>64</sup> CNP/INE, Anuário Estatístico. Maputo, 1998.

população moçambicana que vive abaixo do limite de pobreza extrema; diminuiu o salário real, diminuindo o poder de compra da população,<sup>66</sup> como se pode ver nas tabelas 4 e 5, quando comparados os produtos necessários para a sobrevivência de uma família de 5 membros e a evolução do salário-mínimo.

80% da população moçambicana vive nas zonas rurais; 70% da população rural vive num estado de pobreza extrema com grandes problemas sanitárias, como a falta de água, bem como dificuldades de acesso à educação devido a destruição das suas infraestruturas pela guerra, e aos elevados custos das taxas das propinas e altos preços dos livros,<sup>67</sup> devido a redução dos subsídios estatais desde 1987. A maioria já eram pobres mesmo antes da independência. Hanlon afirma que os rendimentos rurais baixaram para cerca de 1/3 desde 1980, sendo a guerra de desestabilização a causa principal. Provavelmente um bom número da população rural foi desalojada ou afectada pela guerra, e bom número destes dependentes de auxílio alimentar gratuito.<sup>68</sup> Como resultado da guerra, muitas infraestruturas sociais (escolas, hospitais, estradas, meios de comunicação, sistema de distribuição de água etc.) foram destruídas e cerca de cinco milhões de pessoas tornaram-se deslocados/refugiados dentro e fora do país, refugiando-se para os países vizinhos como Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, Tanzania, Swazilândia e RAS. Dentro do País deslocaram-se para as zonas urbanas tornando escassas os meios disponíveis.

<sup>65</sup> Abrahamsson, & Nilsson, 1994:56.

<sup>66</sup> Idem. Vd.OTM-CS. Situação Actual do Movimento Sindical e Perspectivas para o Futuro. Maputo: 1998

<sup>67</sup> Roesch, 1992:27.

<sup>68</sup> Hanlon, 1991:147.

Uma das causas da pobreza nas cidades fora a guerra.<sup>69</sup> Muitas pessoas fugiram das zonas rurais para cidade, cortados os contactos com os seus familiares das zonas rurais que lhes auxiliavam na melhoria da dieta alimentar.<sup>70</sup> Nos princípios da década oitenta, as lojas e os mercados (p.ex. Maputo) estavam vazios e assistia-se longas bichas para a aquisição de bens de consumo. Foi neste contexto que o governo moçambicano, ciente das dificuldades de alimentação causadas pela guerra, introduzira em 1981 um sistema de abastecimento dirigido. Este sistema consistia num cabaz contendo produtos de primeira necessidade. A cidade de Maputo foi a primeira a ser contemplada, seguida pela cidade da Beira em 1986. Este programa foi gerido de forma eficiente e os bens de consumo adquiridos ao abrigo do sistema de abastecimento não eram subsidiados mas estavam a altura de qualquer um, devido ao seu preço baixo e fixado oficialmente pelo estado.<sup>71</sup>

Com a introdução do PRE em Moçambique, na primeira desvalorização de 1987, os bens de consumo vendidos no sistema de abastecimento foram subsidiados, assim foi feita a manutenção do poder de compra da população. Mas as desvalorizações posteriores não foram acompanhados de subsídios. Em 1988/89, o governo deixou de subsidiar o sistema de abastecimento e os preços triplicaram, e teve um impacto directo na qualidade nutricional da população sobretudo nas mulheres grávidas e crianças.

A partir de 1990/91 o País passou a conhecer um fluxo de bens de consumo, num contexto em que o poder de compra reduziu drasticamente. O metical passou a

<sup>69</sup> Idem

<sup>70</sup> Hanlon, 1991:147-148.- Concluído, em 1994 o processo de paz, o governo definiu como prioridade promover o desenvolvimento económico e social para reduzir os níveis da pobreza extrema e melhorar a vida da população na educação, saúde e emprego.

ter um certo valor e a competição aumentou a qualidade dos bens produzidos localmente. Os aumentos salariais que tem acompanhado as reformas económicas, devido a inflação, não tem tido efeitos positivos, razão pela qual as necessidades nutricionais não são alcançadas pela maioria. As desvalorizações registadas em Janeiro e Junho de 1987 levaram o metical a um décimo do seu valor inicial. O valor do metical baixou drasticamente depois da segunda desvalorização. A taxa do metical no mercado negro era de \$1 = 800Mt. A desvalorização de Junho foi acompanhada por uma elevação de salários na ordem de 50%, mas os preços aumentaram em 100%; para além disso, pelo menos 18% dos trabalhadores assalariados ganhavam menos que o salário mínimo, que em 1989 foi de 12.800.<sup>72</sup>

As crianças em idade escolar tornaram-se no centro das atenções dos doadores. Em 1990, teve início um programa financiado pelo BM e pela Caixa Francesa de Cooperação para o fornecimento de pão enriquecido de proteínas a 210.000 crianças de ensino primário em Maputo. Uma média de 75% das crianças padeciam de anemia e de falta de vitaminas, devido a escassez de alimentação por ter se reduzido o poder de compra dos seus agregados familiares.

Segundo a OTM-CS (1997:53), os 311.795,00 meticais (salário mínimo que vigorava desde 1 de Abril de 1997), representam menos de 50% dos 761.250,00Mt (a preços de 1996), necessários aos custos de um cabaz de produtos básicos mínimos, sem incluir os custos relacionados com transporte, energia

---

<sup>71</sup> Ibid.:148-150.

<sup>72</sup> Idem.

(petróleo, lenha, carvão), educação, saúde, vestuário e outras necessidades, como documenta a tabela 4 sobre evolução salarial).<sup>73</sup>

Portanto, a situação crítica social que se vive no país é resultado, tanto da guerra bem como do PRE. No âmbito do programa de reformas económicas foram reduzidos os subsídios sociais no orçamento do estado, devido aos compromissos assumidos com o FMI e com o BM nos acordos assinados para a sua implementação. Em Dezembro de 1987, quando decorriam as negociações para o corte dos subsídios sociais, sobretudo os de alimentação, numa reunião conjunta com o Ministro, Magid Osman, houve um claro distanciamento entre o governo moçambicano e a missão do BM.<sup>74</sup>

O governo advertiu que há uma clara evidência da falta de serviços sociais básicos e de adequados rendimentos de muitos trabalhadores moçambicanos, rendimentos que eram muito mais baixo do que desejável. Por isso as prioridades no investimento em Moçambique foram desenhadas para o desenvolvimento rural, alívio da pobreza, e geração de novos empregos, isto é, exigiu uma alternativa política. Demonstrou, que no mínimo, o BM tinha que ter levado em consideração a estrutura da pobreza. Apelou e fez referências a programas especiais para a criação de postos de trabalho e, ainda, estabeleceu um sistema de transferência de rendimentos para famílias pobres que não tivessem uma fonte sustentável. É lógico afirmar que o PRE funciona agravando cada vez mais o consumo da população mais

---

<sup>73</sup> OTM-CS. Maputo, 1997.

<sup>74</sup> Hanlon, 1991:142-147 e Roesch, 1992:26.

vulnerável. Roesch indica que a educação e a saúde sofreram cortes na ordem de 7% e 3% respectivamente em 1988.<sup>75</sup>

A redução do poder de compra da população moçambicana desde a introdução do PRE em 1987, conduziu ao surgimento do comércio informal e à crescente corrupção no seio dos funcionários públicos, como alternativa de actividade lucrativa para complementar os seus rendimentos mensais e fazer face aos custos elevados de vida.<sup>76</sup>

Os trabalhadores estatais, comparativamente com os das empresas privadas, são mal remunerados. O rendimento máximo para os trabalhadores do governo incluindo regalias era de 250.000,00Mt e os das agencias estrangeiras rondava em média cerca de 2.000.000,00Mt. A disproporcionalidade salarial verificada a partir de 1989 entre trabalhadores estatais e privados repeliu a mão-de-obra qualificado para o privado, agravando a crise de quadros qualificados que se fez sentir desde da independência nacional, com a fuga dos colonos para Portugal.<sup>77</sup>

### 3.2 EDUCAÇÃO

Com a introdução do PRE em 1987 e PRES em 1990, a deterioração das estruturas da educação, com consequências graves para os cidadãos, assume uma posição de destaque no panorama sócio-económico do país. A educação, se na altura da independência o governo moçambicano desejava expandí-la para todos, com a desestabilização movida por RAS, por um lado e a introdução do PRE por

---

<sup>75</sup> Roesch, 1992:26-27 e Hanlon, 1991:141-154 e 1997:6-7

<sup>76</sup> Roesch, 1992:27

<sup>77</sup> Roesch, 1992:26-27.

outro, aparentemente este aspecto inverteu-se, e o sector encontra-se literalmente em crise. Com efeito, a sua capacidade de resposta e a sua posição afastaram-se consideravelmente dos objectivos pretendidos. A actividade escolar é deficiente, tendo a guerra destruído grande parte das respectivas infraestruturas.] Durante a década de 80, cerca de 2.600 escolas primárias (das 6.000 do país), foram destruídas privando mais de 500.000 alunos.] Em 1991 o total das escolas destruídas foi mais de 3000, e 1,2 milhões de alunos não tiveram acesso aos estabelecimentos escolares; actualmente, cerca de 50% das crianças com idade escolar não são abrangidas pelo sistema educativo. Esta situação comprometeu os planos do governo, que visavam combater o analfabetismo até ao ano 2000. Os programas de alfabetização da população adulta que havia ganho expressão ficaram igualmente inviabilizados pelo quadro de instabilidade em que o país vivia. Em 1996 a taxa de analfabetismo era de 72,2% para uma população de 18,072 milhões de habitantes, contra 93% depois da independência, e 68% em 1987.<sup>78</sup>] O analfabetismo é um fenómeno que afecta não só população adulta como também as crianças e jovens que não conseguem enquadramento educativo adequado, um recurso principal para o seu desenvolvimento económico e social.

Os esforços de reposição da rede escolar feitos pelo governo no âmbito do PRE tem sido insuficiente, atendendo a magnitude das destruições registadas. A redução considerável de estabelecimentos de ensino, os elevados preços dos livros e das propinas, a precária situação de segurança, e a má qualidade do ensino limitaram a procura real, no período compreendido entre 1987 a 1992. Para além

<sup>78</sup> Roesch, 1992:26; Abrahamsson & Nilsson, 1994:58 e 1995:124. Vd. CNP-Plano Económico e Social, Maputo, 1993

destes factores, aponta-se como factor determinante da crise do sector de educação as reduções nas alocações orçamentais nos sectores sociais. Veja-se que o investimento público nos sectores sociais (educação e saúde) decresceu de 17% do PIB em 1982, para 5.6% em 1985/86. Por outro lado é preciso ter-se em conta que o país apresenta um crescimento populacional considerável (2% ano), e que requer um acompanhamento em termos de infraestruturas, o que não tem sido possível devido aos cortes dos subsídios de financiamento. Os cortes nas alocações orçamentais destinadas à educação reduziram para 128 meticais por pessoa em 1987, contra 409 meticais em 1980; conheceu um ligeiro acréscimo em 1990, para 215 meticais. Até 1996 existiam no país três instituições superiores, com uma média de 6.689 estudantes, e que enfrentavam uma grande crise financeira. Até o ano de 1994, por exemplo, 70% do orçamento da UEM era financiado pela comunidade internacional, que não se mostrava disposta a aumentar a sua contribuição. A UEM possuía até 1993 uma média de 3.500 alunos com perspectiva de aumentar.<sup>79</sup>

A qualidade de ensino decresceu devido a falta da motivação por parte dos professores que vai desde salários baixos até à falta de condições para o trabalho. Esta situação tem tornado esta profissão muito vulnerável à todo o tipo de corrupção e as perspectivas de uma possível melhoria eram considerados até 1994 sombrias.

Há que assinalar a emergência do ensino privado. Em 1996, as estatísticas referem em 22595 alunos matriculados no 1º grau, e 1732 no ensino secundário. Em

---

<sup>79</sup>Roesch, 1992:27, Abrahamsson e Nilsson, 1994:58; Mole, 1994:170 e INE-Anuário Estatístico. Maputo, 1996.

1996, a população era de 31.266 alunos no ensino primário privado (1º e 2º grau), e de 6021 alunos, no ensino secundário (1º ciclo).

Um aspecto assinalável decorrente da liberalização é o protagonismo crescente de grupos sociais capazes de articular os seus interesses na sociedade (dimensão esta que antes foi obstruída pelo sistema económico centralizado), com a abertura de várias instituições de ensino, o que a priori pode conduzir para uma análise que confirme o desenvolvimento do sector. No ensino superior, o governo encorajou e facilitou o estabelecimento de três instituições de ensino, nomeadamente a Universidade Católica, com sede na Cidade da Beira e uma delegação em Nampula. Em Maputo foram criados dois Institutos Superiores: o Instituto Superior Politécnico Universitário (ISPU) e Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique (ISCTEM).<sup>80</sup>

O surgimento destas instituições levou a melhor aproveitamento das instalações do sector público (p. ex., rentabilização das instituições do ensino superior, em termos de espaço físico, agora utilizado para mais turnos em vez de diurno unicamente); a guerra que, para além da destruição de numerosas infra-estruturas, acentuou a migração campo/cidade, o que limitou a capacidade do sector público em responder às necessidades locais. Grande parte dos docentes das novas instituições privadas, desempenham a sua actividade também no sector público. Por exemplo, o ISPU conta com nove docentes a tempo inteiro e 47 em regime parcial, enquanto que o ISCTEM conta com seis docentes a tempo inteiro e 45 em regime parcial. Estas instituições vieram imprimir uma nova dinâmica ao desenvolvimento

---

<sup>80</sup> INE-Anuário Estatístico. Maputo, 1996 e Abrahamsson, H. & Nilsson, A., 1994:170

do sector, especialmente em termos de recursos humanos, instalações e, com algumas excepções, equipamentos e ainda no que diz respeito à capacidade. O que se verifica de errado nesta emergência, é o facto de alguns doadores e forças da sociedade civil estarem única e exclusivamente virados ao ensino superior e privado, sem que se melhorar as condições de ensino oferecidas nos diferentes níveis e instituições públicas. Note-se que este facto tem contribuído bastante para que as elites prefiram mandar os seus filhos para instituições no exterior, devido a falta de confiança pela qualidade interna.<sup>81</sup>

O Programa para o sector de educação consubstancia os objectivos do plano estratégico do governo; os quais assentam no aumento do acesso, retenção no sistema educativo, a melhoria da qualidade do ensino e o reforço da capacidade institucional. Os esforços empreendidos pelo Governo resultaram no crescimento da rede escolar. Dados do Ministério da Educação de 1996 indicam que funcionavam 5448 escolas de diversos níveis, contra 96 em 1992, sendo 5.165 de EP-1, 283 EP-2,66 do ensino secundário geral, 23 pré-universitário e 25 para ensino técnico-profissional, 2 elementar e 3 ensino superior,<sup>82</sup> como ilustra a tabela nº6 dos anexos. Como consequência da expansão da rede, a taxa bruta de admissões registou um aumento de 63% em 1994 para 82% em 1997. A evolução do sector da educação em Moçambique não está dissociada do crescimento sócio-económico do país. Assim qualquer avaliação que se pretende fazer sobre o desempenho deste sector deve ter em conta esta relação, por forma a que se façam leituras realistas.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> INE-Anuário Estatístico. Maputo, 1996/97 e Mole, P.N., 1994:171.

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem.

O PRE/PRES e a conseqüente política de liberalização económica, no espírito da qual dá-se permissão à criação de instituições privadas, criou bases para a expansão e diversificação do ensino. A complexidade da realidade moçambicana no quadro da liberalização económica exige uma conjugação de esforços de todos os actores dos processos económicos e sociais que se verificam no país, do qual os desenvolvimentos no sector da educação são parte integrante. É evidente que a introdução do PRE, manifestando mudanças nas relações internas e internacionais, repercutiu-se em todos os sectores, incluindo na educação, dada a sua grande importância no sistema produtivo. Pois que na presente fase, o processo de liberalização atinente à implementação da política de reajustamento estrutural tem sido apresentado como uma das soluções de parte dos problemas concernente às economias em desenvolvimento, que é o caso vertente de Moçambique.

### 3.3 SAÚDE

No sector da saúde a situação é idêntica à da educação. O período anterior do AGP foi caracterizado por uma destruição das infraestruturas, com a conseqüente redução na capacidade de atendimento. As acções desestabilizadoras movidas pelo regime do apartheid desde 1982 resultaram na destruição de várias infraestruturas sanitárias periféricas. Até aos finais de 1988 tinham sido destruído 291 postos e centros de saúde, das 426 na altura da independência. Os beneficiários dos serviços da saúde reduziram-se significativamente desde a introdução do PRE.

Segundo o plano estratégico para o desenvolvimento económico traçado no III Congresso da Frelimo realizado em 1977, que previa o reforço da rede sanitária

até 1988, de uma média de 2097 unidades sanitárias.<sup>84</sup> Este ficou comprometido devido a intensificação das destruições maciças verificadas em 1987, na estratégia de desestabilização que visava alvos económicos e sociais. Assim, mais de 2.000.000 de habitantes perderam acesso regular aos cuidados médicos até finais de 1989. Dados estatísticos indicam que, de uma taxa de 0.62 consultas externas por pessoa em 1982 diminuiu para 0.35 em 1987.

Uma conjugação de factores (a guerra e falta de moeda externa) levou á uma carência de medicamentos em todos os níveis. O agravamento das taxas dos serviços de saúde reduziu a procura da assistência sanitária: por exemplo, em 1988, o número de consultas baixou em 8,6% na zona urbana e subiu em 1,3% nas zonas suburbanas. A subida nas zonas suburbanas é atribuída às isenções aplicadas a favor dos pobres, no âmbito da implementação do programa de alívio, surgido com objectivo de minorar os efeitos da guerra e do PRE. Se com a proclamação da Independência nacional a assistência médica e medicamentosa passou a serviços gratuitos para todos, o mesmo não aconteceu com a introdução do PRE em 1987.<sup>85</sup> O acesso a assistência médica passou a ser condicionado ao pagamento de uma taxa única de 100Mt contra 7.5mt em 1982, e o internamento, que era gratuito, passou para uma taxa diária de 500Mt. Esta condicionalidade deveu-se a cortes orçamentais nas despesas destinadas à saúde, que baixaram de 132 meticais por pessoa em 1980 para 53 meticais em 1987 e 61 meticais em 1990 respectivamente, resultante das reduções dos subsídios ao consumo e despesas sociais do estado para os cuidados de

<sup>84</sup> Egero, B., Moçambique. Os Primeiros dez anos da construção da democracia, 1992:98. Vd. INE-Anuário Estatístico. Maputo, 1996/7. Vd Comité Central do Partido Frelimo. Programa do Governo 1995-1999:11-19.

<sup>85</sup> Mole, 1994:169 e CNP-Plano Económico e Social, Maputo, 1993.

saúde. As populações mais vulneráveis devido ao seu baixo rendimento já não têm acesso regular à assistência sanitária.

Relativamente à saúde materno infantil, o Ministério da Saúde indica que conheceu um aumento considerável em termos de procura em 1989 comparativamente com o ano de 1982. 30% dos partos tiveram lugar nas unidades sanitárias contra 23% em 1982. O acesso à maternidade para partos conheceu uma subida devido a campanha de sensibilização das mulheres nos centros urbanos. Por exemplo, em Maputo em 1991, numa amostra de 1.274 agregados familiares demonstraram que, 95,7% procuraram os serviços das maternidades, 4,1% tiveram partos em casa e 0,2% em outros lugares.

A maioria dos médicos em Moçambique são cooperantes, dado que até à altura da independência havia apenas 80 médicos (moçambicanos e portugueses). Devido aos esforços empreendidos pelo governo moçambicano para elevação dos conhecimentos científicos, após a independência nacional, em 1987, já haviam sido formados cerca de 72 médicos moçambicanos. A insegurança que se vivia em algumas zonas do país, até 1986 contribuiu para a redução dos médicos para 31 médicos; nesse ano, houve um médico para 396.000 pessoas contra um médico para 161.000 pessoas em 1982.<sup>86</sup>

No que concerne a mortalidade, três factores encontram-se associados: mortalidade infantil por falta de cuidados médicos; morte pela acção militar; e, pela falta de alimentos devido aos baixos índices de produção provocados pela guerra que originou a deslocação das populações, e a seca que assolou o país em 1982. De

---

<sup>86</sup> Abrahamsson & Nilsson, 1994:58. Ministério da Saúde. O impacto da desestabilização sul-africana na saúde em Moçambique. Maputo, 1990:2-11 e Mole, 1994:169.

1987-1992 evidenciou-se a subida da mortalidade infantil. Assim a mortalidade infantil passou de 136 por mil a 161 por mil e a mortalidade pós infantil passa de 78 por mil para 93 por mil. Entre 1992-1997 a mortalidade infantil ocorre de 2 em cada 10 crianças (201 por mil), morreram antes de atingir o quarto ano de vida. Em cada 1000 nascimentos, 135 morreram antes do primeiro ano de vida e a esperança de vida era de 46 anos para os homens e 49 para as mulheres. A elevada taxa de mortalidade infantil e a reduzida esperança de vida é devido ao aumento de malnutrição, doenças e falta de cuidados sanitários. A taxa de crescimento natural, embora com tendência para decrescer, no período 1990/96, era da ordem de 4,2%, com um pico de 6,6% em 1994, o que se explica pelo regresso das populações que haviam emigrado durante a guerra. Em 1997 as estimativas apontavam para 2,7%.

*df* Os esforços feitos até agora pelo governo no âmbito do programa de reabilitação no sentido de reconstrução da infraestrutura social tem sido insuficiente tendo em conta as destruições verificadas. Os custos dos danos de infraestruturas sanitárias foram calculados em cerca de US\$21.800.000 em 1986, e foi numa altura da crise económica, e era necessário substituir equipamentos médicos destruídos.<sup>87</sup>

No concernente as infraestruturas sanitárias existentes, os indicadores para 1996 são as seguintes: 27 hospitais, 236 centros de saúde e 727 postos de saúde, camas hospitalares em número de 1382, pessoal de nível superior 458, de nível médio 1318, de nível básico 4005 e de nível elementar 1580—recursos bastante reduzidos para o elevado número de habitantes do país. Em 1996 a população moçambicana foi estimada em 18,027 milhões de habitantes. No âmbito do PRE em

---

<sup>87</sup> Idem.

1987 o orçamento para a saúde sofrera cortes drásticos em termos reais, devido a deterioração da crise económica e do aumento dos gastos para a defesa. A reabilitação e expansão da rede sanitária, bem como o melhoramento da qualidade dos serviços de saúde constitui prioridade do governo, estando empenhado no programa de vacinação, promoção da medicina preventiva e o tratamento dos efeitos da malnutrição e o programa de saúde materno-infantil.<sup>88</sup>

### 3.4 EMPREGO E O IMPACTO DO PROCESSO DAS PRIVATIZAÇÕES NA FORÇA DE TRABALHO

Durante os primeiros três anos da implementação do PRE, o emprego permaneceu estático, tendo registado decréscimo a partir de 1990, sobretudo nas empresas privadas e em vias de privatização. No processo de privatização, como consequência do programa de reabilitação económica, a partir de Maio 1985, as companhias estatais foram retiradas da tutela do aparelho do Estado para encorajar o surgimento do sector privado, continuando a ter em conta as políticas e objectivos do governo.

Com a introdução do PRE em 1987, esta passa a ser basilar da política económica do país: até 1995, haviam sido vendidas/privatizadas 502 e, em 1997, 840 empresas, dentre elas grandes, médias e pequenas. Dentro da política de racionalização, muitas empresas públicas e privadas têm feito despedimentos massivos dos seus trabalhadores, aumentando desta feita o número de desempregados. Estima-se em 100.570 trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho de que se iniciou o processo das privatizações.<sup>89</sup>

<sup>88</sup> Anuário Estatístico. Maputo, 1996/7; Roesch, 1992:7, 26; Hanlon, 1991:116-17; Mole, 1994:164, Ministério da Saúde, 1990.

<sup>89</sup> Mole, 1994:16, Hanlon, 1991:116-7; 1997:94-96 e OTM-CS, 1997.

Segundo dados do último Recenseamento Geral da População realizado em 1997, estima-se que a população economicamente activa é de 8 milhões, com uma entrada anual de 300 mil indivíduos ao grupo economicamente activo. Assim, o crescimento populacional provoca uma forte pressão sobre o mercado de emprego, particularmente nas zonas urbanas, já caracterizadas por altos níveis de desemprego.

(1) Não existem dados estatísticos globais referentes ao desemprego e nem estudos aprofundados sobre as suas causas, porém a falta de emprego é atribuído a um conjunto de factores internos e externos ao ajustamento estrutural tais como: a guerra, que para além das destruições, provocou êxodo rural para as cidades, problemas de gestão antes do PRE e à reestruturação das empresas antes da sua privatização; os desmobilizados de guerra civil; o regresso dos 17 mil trabalhadores da ex-RDA como resultado das transformações operadas naquele país e no leste europeu em geral; o regresso dos estudantes de Cuba e ex-URSS que nem todos conseguiram o devido enquadramento; a redução da força de trabalho contratada para as minas da RAS e os cerca de 100.000 desmobilizados da guerra. O desemprego registado nos Centros de Emprego não deve ser interpretado como o desemprego real do país, pois os números apenas espelham a parte dos desempregos que se inscreveram nos referidos centros. Reconhece-se que a taxa de desemprego no país é significativa, contudo a falta de condições das instituições vocacionadas para a realização de inquéritos especializados não permite confirmar ou refutar as estimativas. De 1994 a 1997, inscreveram-se uma média de 95.865 desempregados; foram recebidas 41.292 ofertas das entidades empregadoras e feitas 25.898 colocações, o que significa que apenas 27% dos candidatos obtiveram emprego e

que foram satisfeitas apenas 63% de ofertas de emprego apresentadas pelas entidades empregadoras. Segundo o Ministério do Trabalho esta situação reflete o baixo nível de qualificação dos desempregados o que provoca profundas distorções no funcionamento regular do mercado de trabalho, fenómeno caracterizado, por um lado, pela quantidade apreciável de desempregados que disputam um único posto de trabalho, enquanto que por outro lado, oferta de emprego não são preenchidas devido as preferências. O aumento no número de ofertas recebidas aponta para maior actividade empresarial. No período de 1995 a 1997, foram criadas 281 novas empresas, tendo resultado na criação de aproximadamente 11.000 postos de trabalho.<sup>90</sup>

Para além dos postos criados no sector privado, foram criados 53.036 postos de trabalho, geralmente de curta duração, nas obras públicas de reabilitação e construção de infraestruturas, para além de concessões de micro-créditos, quer através do FARE, quer através de outras instituições viradas para promoção de emprego.

De referir que reconhece-se que a taxa de desemprego aumentou e que uma das suas manifestações, para além dos dados já referenciados, se encontra também na crescente onda da criminalidade que se regista no país desde 1991. Por exemplo, a cidade de Maputo, em 1991, apresentava um índice de desemprego de cerca de 10% distribuído entre categorias de indigentes, pobres e não pobres. Entre as camadas indigentes, existe maior desemprego masculino na ordem de 12,4% relativamente a femininos com média de 9,6% e, entre os grupos pobres e não pobres, existe maior

---

<sup>90</sup> UTRE, 1998:10; Plank, 1993:411-412

desemprego entre as mulheres sendo: 13,2% e 9,5% contra 9,8% e 2,2% dos homens. Famílias com desemprego masculino são mais susceptíveis de se situarem abaixo da linha de pobreza. A classificação das categorias, para estar ou não na linha limite da pobreza, foi feita em função da capacidade de cada grupo obter ou não o cabaz mínimo alimentar. Os dados indicam que a linha de pobreza era equivalente a um rendimento familiar per capita de 23.766,75Mt, em 1991.<sup>91</sup>

Relativamente ao impacto das privatizações no emprego e na força de trabalho, não colhem consenso de todos os sectores da sociedade, devido à metodologia e o ponto de partida considerado. Em primeiro lugar, porque na maioria dos casos o impacto não é medido em termos de balanço entre os postos de trabalho criados e postos de trabalho perdidos, ou seja, considera-se apenas as saídas acumuladas. Em segundo lugar, o período a que se refere o eventual despedimento massivo, ao período da grave crise económica e financeira que o país atravessou nos meados da década de 80, na qual as empresas laboravam muito abaixo da sua capacidade instalada e, por esta via, mantinham um elevado número de mão de obra excedentária. Os resultados de um estudo realizado em 1996 indicam que a privatização em si provocou apenas uma pequena percentagem na redução global do emprego formal. A redução deveu-se a factores externos ao ajustamento estrutural tais como: a guerra de desestabilização; problemas de gestão antes do PRE e à reestruturação-das-empresas antes da sua privatização. Algumas empresas privatizadas beneficiaram de importantes investimentos que resultaram na sua reabilitação e empregaram maior número de trabalhadores. Por exemplo, após a

---

<sup>91</sup> Idem; Mole, 1994:166; UTRE, 1998:11.

X privatização, a Industria de Cajú começou a funcionar positivamente e a registar um significativo aumento de produção, bem como enormes lucros que lhe permitira investir em sectores produtivos da industria, e empregar mais de 10 mil trabalhadores. Mas, a nova política de liberalização das exportações da castanha de cajú , fez com que mais de 5 mil trabalhadores perdessem os seus postos de trabalho.<sup>92</sup>

Existiam elevados índices de subemprego em empresas estatais. Nestas empresas haviam trabalhadores que só iam ao trabalho para não perderem as suas regalias. Milhares de trabalhadores recebiam salários (embora não regularmente e com longos atrasos) sem fazerem praticamente nada, o que representava um grande desperdício de recursos financeiros do Estado. Desta forma a privatização não deve ser considerada como causa do aumento do desemprego. Ela simplesmente trouxe à superfície o que por vários anos foi desemprego camuflado ou oculto, e este desemprego sustentado constituiu de facto um peso social oneroso para o estado.<sup>93</sup> O cenário mais comum, nestas circunstâncias, tem sido o de as camadas menos qualificadas e de baixa formação técnico-profissional sofrerem as consequências das reduções de mão-de-obra, camadas essas com poucas perspectivas de voltarem a encontrar emprego no sector formal. Empresas privatizadas empregam trabalhadores jovens e mais qualificados, e estes tem os seus salários garantidos e pagos regularmente. Afirma-se que com o processo de privatizações na década de 1990, o número de trabalhadores nas ex-empresas estatais aumentou para 14.396

<sup>92</sup> Ibid. 11; Hanlon, 1991:124-125 e 1997:39; Ministério do Trabalho.Maputo, 1998 e OTM-CS, 1998.

<sup>93</sup> UTRE, 1998, Ministério do Trabalho, 1998 e OTM-CS, 1998

dos 9.613 trabalhadores existentes, o que significa um crescimento na ordem de 50%.<sup>94</sup>

Para o caso concreto da indústria de cajú, no processo da implementação das políticas do FMI e do BM, o sector foi prejudicado devido à liberalização da exportação da castanha de cajú em bruto, e como consequência alguns moçambicanos foram conduzidos ao desemprego e consequentemente à pobreza. A castanha de cajú comercializada provém em larguíssima percentagem dos agricultores moçambicanos para os quais o cajueiro constitui em algumas regiões do país, a principal fonte de rendimento.

O principal destino da castanha continua a ser exportação e a produção agrícola é levada a cabo pelo sector familiar, o qual contribui com mais de 95% na comercialização. Na indústria de cajú, dos 4.533 trabalhadores empregues em 1987, cerca de 2.112 tinham sido despedidos, e 775 dispensados para aguardarem em casa até Julho de 1997.<sup>95</sup> A tabela nº7 mostra esta situação.

O Banco Mundial e o FMI condicionaram ao país uma política de reajustamento estrutural e privatizações. As prescrições destas políticas têm como objectivo tirar o país das actuais dificuldades económicas relativamente a balança de pagamentos, déficit público, desemprego e desenvolvimento económico. Para estes fins, foram alocados fundos para programas de desenvolvimento agrícola, importações e peritos, cuja função era de propor uma melhor utilização dos recursos locais disponíveis. Estes peritos, embora competentes tecnicamente nas suas esferas específicas de actividade, pecaram por não aplicarem uma perspectiva ou visão

---

<sup>94</sup> UTRE, 1998 e INE-Anuário Estatístico. Maputo, 1996/7

(X) lógica com as especificidades próprias do país, para aconselhar em eficiência o Governo moçambicano no concerner as opções de desenvolvimento desta actividade da industria de cajú, que é de alto valor económico para o país.

(D) Com efeito, segundo Hanlon (1991), os funcionários públicos destas IBWs, com informação incompleta, possuem meios limitados para medir o esforço de desenvolvimento perdido como consequência da falta de compreensão clara da verdadeira natureza das actividades do sector.<sup>96</sup>

Qualquer tentativa de estudar o sector do cajú em Moçambique e a prescrição de soluções para o desenvolvimento viável da industria deve ser cuidadosamente analisada de modo a evitar os constrangimentos que possam surgir ou ser criados para proteger os interesses do sector. Por exemplo, liberalizar o comércio de castanha de cajú não processada para permitir aos camponeses e agricultores a ganharem uma faixa do mercado, pode levar a perda de rendimentos por esses mesmos grupos, uma vez que eles não possuem os meios de colheita e transporte.

Os comerciantes existentes actualmente em Moçambique no sistema, não estão na disposição de lhes darem facilidades. Portanto, qualquer análise séria sobre o mercado de cajú em Moçambique, requer um bom conhecimento da industria de cajú, bem como os diferentes factores que afectam os preços.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> Entrevista com Carlos Borralho e Boaventura Mondlane, Director da Procajú e Vice-Presidente da AICAJU e Secretário Geral do SINTIC. Maputo, 1998.

<sup>96</sup> Hanlon, 1991:113-113-8, 124-127 e 1997:40-41, 137-140 e 147-153.

<sup>97</sup> Idem, 1997:39-41

### 3.4.1-ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA

(D) A desestabilização militar e económica sul-africana ganhou força e passou a sentir-se mais à partir de 1982 nas zonas rurais e em grandes partes do país, e a economia entra em colapso. No entanto, na elaboração do PRE, não se deu qualquer espaço à análise dos efeitos da guerra de desestabilização sul-africana e aos recursos que seriam necessários para reconstruir as infra-estruturas destruídas até o fosso financeiro poder ser anulado.

(E) Os esforços do PRE no sentido de baixar os preços relativos das mercadorias, fazem não só com que a procura interna baixe em resultado da redução dos salários reais. A partir de 1987 os subsídios estatais começaram a reduzir nas áreas de saúde, educação e alimentação, causando a deterioração do salário real e consequentemente o poder de compra da população. Calcula-se em mais de  $\frac{1}{4}$  a redução do salário real no primeiro ano de implementação do PRE. Embora exista o processo regular de actualização do salário mínimo, este não acompanha a velocidade de subida dos preços dos produtos essenciais. Por outro lado o ajustamento do salário é feito em função da taxa de inflação e não do índice do custo de vida.<sup>98</sup>

Paralelamente alguns esforços foram feitas para aliviar a pobreza e melhorar a situação social do país. Foi lançado um subsídio para a compra de medicamentos e a constituição de um sistema elementar de segurança social através da concessão de pensões e abonos à famílias numerosas e carenciadas. Nas zonas rurais a situação

---

<sup>98</sup> Hanlon, 1991:141-142

foi mais crítica dado o recrudescimento da guerra que semeiou a insegurança no seio das populações.

Esta situação é mais delicada do que a queda dos salários reais. A insegurança e falta de abastecimento tornou mais difícil a situação das populações rurais, que agravou-se ainda mais com as variações dos preços, sobretudo os termos de troca interna. O Governo tem se empenhado na introdução de diversos programas de apoio e alívio à pobreza tais como:

1. O programa de emergência. Este programa foi lançado mesmo antes da implementação do PRE/PRES. Mas, com a sua introdução o governo expandiu o programa cobrindo não somente as pessoas afectadas pela guerra, mas também aquelas que vivem em pobreza extrema como resultado das reformas económicas. Este programa passou a conceder facilidades de educação e abastecimento de água nas zonas rurais, com a participação activa das ONGs nacionais e estrangeiras.<sup>99</sup>
2. A criação de instituições para lidar especificamente com questões sociais. Foi neste contexto que fora criado a Secretaria de Estado da Acção Social (SEAS) e o Instituto Nacional para Segurança Social, nos finais da década de 80. A Secretaria do Estado para Acção Social foi transformada em Ministério para Acção Social em Dezembro de 1994. Esta instituição é responsável pela integração das crianças abandonadas bem como aquelas que enfrentam graves problemas económicas; pessoas incapacitadas, idosas, etc.. Enquanto que o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) protege trabalhadores através de

---

<sup>99</sup> Harlon, 1991:146-154

esquemas de pensões cujos fundos são provenientes da contribuição dos trabalhadores.<sup>100</sup>

3. Fixação do salário mínimo, que foi revisto cinco vezes à medida em que a inflação sobe, com o objectivo de torná-lo ajustado à taxa de inflação em termos reais e reduzir o impacto negativo crescente do custo de vida nas populações mais vulneráveis, sobretudo das zonas urbanas;

4. Introdução da componente social em 1990, com objectivo de aliviar a pobreza, através da formulação de novas políticas sociais virada para apoio à população mais vulnerável. Realçar que, quando se desenhou o PRES, o país encontrava-se em guerra e no início de um processo de transição para a estabilização social e política, após um período longo em que a vida nacional se foi gerindo num quadro de emergência, onde cerca de 1,7 milhões de cidadãos refugiados nos países vizinhos; 4,5 milhões deslocados das suas áreas de residência habitual no interior do país; infraestruturas sociais de sectores vitais como a educação, a saúde e abastecimento de água destruídas e paralizadas; produção agrícola inviabilizada; uma rede de comunicações destruídas. Como pode-se depreender, a situação de guerra foi a principal causa da degradação do tecido social nas zonas rurais, que já antes da guerra se fazia sentir a difícil situação económica, e o fim da guerra podera contribuir progressivamente no retorno das populações. A reconstrução das infraestruturas destruídas, constituíram alguns dos principais desafios que o PRES tinha que fazer face.<sup>101</sup>

<sup>100</sup> Mole, 1994:172.

<sup>101</sup> Abrahamsson, & Nilsson, 1994:49

9  
5. Introdução do Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia (FARE), lançado em Agosto de 1996, com o objectivo de apoiar empresários moçambicanos. O FARE, que inicia as suas actividades com um fundo inicial de 15 bilhões de meticais, concedeu 65 créditos a micro-empresas nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Niassa, em áreas tais como a pequena industria e agricultura e financiamento directo a dezanove cantinas situadas em zonas rurais nas Províncias abrangidas.

Apesar destas medidas, que cobriram uma pequena percentagem da população, devido a exiguidade de fundos financeiros, as necessidades crescentes da população alvo aumentara e longe de serem encontradas as medidas adequadas na medida que o programa avança. Na realidade o programa continua a suscitar dúvidas quanto ao combate à pobreza.<sup>102</sup>

### 3.5 A DÍVIDA EXTERNA E O FUTURO DE MOÇAMBIQUE

Quando o ambiente interno e externo de Moçambique começou a deteriorar-se nos princípios da década de 80, o País necessitava de crescentes recursos financeiros para manter o seu programa de desenvolvimento traçado em 1977, e fazer face ao agravamento crescente da dívida externa, que conseguiu pagar até 1982. Como resultado, Moçambique começou a contrair empréstimos significativos da comunidade internacional. Em 1983 a dívida moçambicana ascendia a 1,8 bilhões de dólares, em 1984 a 2,4, em 1985 a 2,9 e em 1989 a 4,7, incluindo atrasos de pagamentos, isto é, juros e amortização que se tinham vencido e não tinham sido

*Repetir*

---

<sup>102</sup> UTRE, 1998 e Comité Central do Partido Frelimo, 1998.

pagos. Como foi referenciado em capítulos anteriores, o perdão e reescalonamento da dívida foi condicionado à assinatura do acordo com o FMI e com o BM, e a implementação do programa de reajustamento estrutural que ocorreram em Setembro de 1984 e Maio de 1987 respectivamente.<sup>103</sup>

No quadro do processo de reajustamento estrutural, Moçambique tem vindo a negociar a sua dívida através de um processo conhecido por "reescalonamento"

com os credores do Clube de Paris que incluem principalmente a França, Portugal, Alemanha, Itália, Grã-Bretanha e a Rússia, este último tido como o maior credor moçambicano.

Reescalonamento significa basicamente que um credor aceita que Moçambique pague mais tarde o que não pode pagar no período estabelecido. O

adiamento não reduz o peso da dívida, antes pelo contrário aumenta, porque a dívida continua a acumular juros, e no acto do pagamento terá que pagar com juros sobre juros, e este processo pode criar o que é conhecido como efeito de "bola de

neve". Foi neste contexto que a dívida foi acumulando. No final de 1997, a dívida externa de Moçambique era de aproximadamente 7,4 bilhões de dólares americanos.

Dividida por 16 milhões de habitantes (estimativa da população do País), significa o equivalente a mais de 450 dólares (5.3 milhões de meticais) por cada moçambicano.<sup>104</sup>

A dívida externa de Moçambique para com os seus principais credores constitui um grande obstáculo para o desenvolvimento económico do País,

e um problema grave para a sociedade moçambicana. Moçambique continua a utilizar aproximadamente um quarto das suas receitas de exportação para pagar as

suas dívidas, embora, na realidade, o País deva anualmente muitas vezes esse

<sup>103</sup> Zacarias, 1990:19, Hanlon, 1991:114 e 121-123 e Plank, 1993:410-412.

montante. Os pagamentos da dívida reduzem o montante de moeda externa disponível, proveniente das receitas das exportações e, portanto reduzem a habilidade de o País poder realizar as importações de bens e serviços necessários, para além de desmotivar os investidores internacionais que tenham o insucesso dos seus negócios pelo suposto desvio dos fundos disponíveis para o serviço da dívida.

② Os pagamentos da dívida são um desvio dos escassos recursos financeiros do País e um obstáculo ao investimento no bem estar dos seus cidadãos. Todas as vezes que o governo utiliza um dólar para pagar a dívida, é um dólar a menos que poderia ter sido utilizado para satisfazer as necessidades dos moçambicanos. O governo gasta muito mais dos seus recursos escassos nos pagamentos da dívida do que no fornecimento dos serviços de saúde, educação e criação de mais postos de trabalho para as populações.

Mais de um quarto das crianças do país morrem antes de atingir a idade de cinco anos e duas em cada três pessoas não são capazes de ler e escrever. Os moçambicanos precisam de apoio para reconstruir as suas vidas e, juntos, para ajudar o país a vencer a dependência que actualmente tem da comunidade internacional.

∟ Estradas, pontes, escolas e hospitais precisam de ser reconstruídos. Postos de trabalho precisam de ser criados com salários compatíveis. Os agricultores rurais precisam de assistência para que eles possam poupar e investir no seu próprio futuro. Mas a possibilidade do governo contribuir para esse processo está sendo estrangulado pelos pagamentos crescentes da dívida. Moçambique não terá um

<sup>104</sup> Entrevista com A.P. Abreu, 1997 e 1999; Evolução das Economias dos PALOP, 1996/97:84-85; Abrahamsson & Nilsson, 1994:136-7.

desenvolvimento económico sustentável para pagar a sua dívida.<sup>105</sup> As perspectivas mais optimistas acerca de crescimento de Moçambique mostram-se que sem perdão massiva e total, da dívida o país não será capaz de alcançar a independência económica. A dívida é um grande obstáculo para as perspectivas futuras do país; ela está a prejudicar os moçambicanos e a negar às gerações vindouras o direito de ser auto-suficiente e independentes.<sup>106</sup> A tabela nº 8 ilustra a situação da dívida total desde 1980-1997 e o pagamento total das dívidas.

---

<sup>105</sup> Plank, 1990:412 e Evolução das Economias dos PALOP, 1996/7:58

<sup>106</sup> Plank, 1990:412-413, 417-418 e 421-423.

## CAPÍTULO IV: CONCLUSÃO

Um conjunto de factores internos e externos, tais como o serviço da dívida que excedia os recursos financeiros disponíveis para manter o programa de desenvolvimento traçado em 1977, a falta de uma alternativa viável por parte da Comunidade Económica do Leste (COMECON) e a guerra de desestabilização movida pelo regime do apartheid em 1982, conduziram o país a tornar-se membro do FMI e do BM em Setembro de 1984, e conseqüentemente à assinatura de um acordo sobre a forma final do programa de reforma económica em Maio de 1987.<sup>107</sup>

O PRE foi o resultado de um processo que se iniciou em Abril de 1983 com a realização do IV Congresso da Frelimo. O IV Congresso traçou algumas orientações rumo a transformações profundas nos mecanismos da gestão e administração da economia moçambicana, tendo em 1984 adoptado um programa de acções económicas do governo.

O Governo moçambicano negociou o Programa de Reabilitação Económica com o FMI e com o BM em 1987 e implementou uma série compreensiva de reformas que equivaleram a uma mudança completa de direcção na estratégia económica. O PRE, tem como contornos genéricos: liberalização dos mercados; por arrastamento dos mecanismos, *de economia com planificação para a de mercado* fixação dos preços com aumento nos preços dos produtos agrícolas; desvalorização significativa da moeda nacional; redução do papel do Estado na economia quer por privatização das suas participações directas

<sup>107</sup> Zacarias, 1990:19, Abrahamsson & Nilsson, 1994:49 e Hermele, e Rudebeck, 1990:6

no sistema produtivo, quer por redução do défice do sector público administrativo; diminuição da taxa de crescimento da oferta monetária; redução da procura interna através da oferta.<sup>108</sup> O resultado do mesmo foi o aumento renovado durante os três primeiros anos de implementação do PRE (1987-1989), como resultado das políticas adoptadas, por um lado, e por outro devido ao apoio dispensado pelos doadores ocidentais, liberto como resposta à política dos acordos assinados entre o governo moçambicano, o FMI e o B.M. Todavia este crescimento veio conhecer um abrandamento em 1990 tendo se prolongado até meados de 1993. Nos finais do mesmo ano até 1994 e 1996/97, verificou-se uma recuperação da actividade económica traduzida, entre outros aspectos, com um crescimento do PIB superior a 19%, o melhor resultado dos últimos anos, que se repercutiu sobre outros indicadores da actividade económica. O abrandamento registado entre 1990/93 é atribuído, de entre outros factores, à seca regional na África Austral, bem como o atraso no envio de um apoio adicional pelas instituições financeiras internacionais.<sup>109</sup>

O esforço de estabilização macroeconómica (crescimento médio de 8% entre 1993 e 1997), deve ser analisado no contexto global da reforma estrutural da economia moçambicana, consubstanciada no PRES em curso no país desde 1987, e a normalização político-militar subsequente aos acordos de paz de 1992 e às eleições de 1994. Contudo, a severidade deste programa nas camadas mais vulneráveis, aliados aos efeitos da guerra, é deveras preocupante. O PRE agravou acentuadamente a desigualdade social, e estima-se que 70% da população vive na

<sup>108</sup> Roesch, 1992:6-8 e 11; Hanlon, 1991:114-117.

pobreza extrema, onde a situação económica geral, particularmente no que diz respeito ao comércio rural, é extremamente frágil. Uma das principais críticas deste programa relaciona-se com a sua dimensão social. Avaliado o impacto social do PRE, constata-se que o mesmo foi introduzido em pleno período de guerra onde era quase que impossível implementar na íntegra todas as reformas concebidas. E, a conclusão que se pode tirar em relação à crítica situação social que se vive em Moçambique é tida como resultado, tanto da guerra, bem como do PRE. Como resultado da guerra, muitas infraestruturas sociais de sectores vitais como educação, saúde e abastecimento de água foram destruídas e paralisadas pela guerra que assolou todo país a partir de 1982, onde cerca de 1,7 milhões de cidadãos refugiaram-se nos países vizinhos e 4,5 milhões deslocaram-se das suas áreas de residência habitual para além de ter provocado êxodo rural do campo para a cidade. Com a introdução do PRE em 1987, a percentagem do orçamento adoptado para as áreas de saúde, educação e alimentação diminuiu drasticamente em termos reais, medida que causou a deterioração do salário real e conseqüentemente o poder de compra das populações mais vulneráveis, agravado com as desvalorizações consecutivas da moeda nacional. Estima-se em mais de um quarto a redução do salário real no primeiro ano de implementação do PRE. A redução de subsídios estatais forçou os serviços da saúde a subir as taxas para assistência médica e da educação no pagamento das propinas e compra de material escolar e contribuiu também para o aumento do desemprego no País. Por outro lado, muitas empresas públicas no âmbito da implementação das políticas de reformas económicas

<sup>109</sup> Abrahamsson & Nilsson, 1994:51; Evolução da Economia dos PALOP, 1996/7.

efectuaram despedimentos massivos e sem indemnização dos seus trabalhadores, os quais não tinham nenhuma base para sobrevivência. Calcula-se em 100.570 trabalhadores despedidos até Maio de 1997.<sup>110</sup>

Não é inevitável que as políticas de estabilização atinjam exclusivamente aos grupos mais vulneráveis. O programa de reajustamento estrutural consiste normalmente de duas partes essenciais: a redução de despesas e a alteração da sua estrutura. Embora não tenhamos um modelo rigoroso pelo qual possamos avaliar o impacto das políticas do programa de reajustamento estrutural em Moçambique particularmente para os grupos mais vulneráveis, é possível estabelecer algumas directrizes: primeiro, assegurar um nível mínimo para as despesas de alimentação, saúde e educação e não permitir cortes que afectem estes níveis; segundo, reestruturar a produção dentro dos sectores produtivos (indústria, agricultura, serviços e comércio externo), de modo a evitar a discriminação contra os produtores do sector informal de pequena escala e, pelo contrário, fazer com que eles sejam aproveitados para complementarem o sector formal da economia (fabricando componentes ou peças, efectuando reparações, sub-contratando, fornecendo serviços auxiliares, etc.) dando-lhes acesso ao crédito, aos mercados internos e às fontes de abastecimento; terceiro, reestruturar os serviços sociais (educação, saúde, água, saneamento), de modo a que os grupos mais vulneráveis não sejam privados de serviços mínimos; e, quarto, fornecer apoio internacional para estes tipos de reajustamento através, quer de assistência financeira quer técnica e, em particular, através de condições mais fáceis de serviço da dívida de modo a permitir a

---

<sup>110</sup> OTM-CS, 1998, Roesch, 1992:26-27 ; Comiche, 1992:99; Maleiane, 1992:59.

flexibilidade e adaptabilidade que são requeridas por tais programas. Uma segunda solução é adoptar subsídios selectivos, concentrando-os aos grupos mais vulneráveis. A terceira solução é fornecer subsídios de rendimento aos mesmos grupos, combinado com o racionamento para que possa ser garantido um mínimo de alimentação. A experiência mostra que os programas de subsídios dirigidos aos grupos mais vulneráveis podem ser bastante eficazes desde que o número desses não seja muito grande (menos de 30% da população), embora se saiba que raramente se possa cobrir na totalidade os grupos mais vulneráveis. A pobreza nas zonas rurais está fundamentalmente associada ao baixo nível de produtividade da agricultura de subsistência, causada pela fraca estrutura física, baixos níveis de educação, poucas oportunidades económicas fora a da agricultura e a utilização quase nula de insumos melhorados. Combater a pobreza implica melhorar estes aspectos nas zonas rurais para poder aumentar a produtividade.<sup>111</sup>

O grupo dos menos pobres tem mais terra e mais cajueiros, etc., e já atinge maiores rendimentos e maiores níveis de consumo. Este grupo é menos vulnerável e está orientado para a agricultura comercial, e obtêm maiores rendimentos. Estes deverão merecer o apoio necessário para, por seu turno, assegurar e apoiar os seus compatriotas com baixo rendimento, os mais vulneráveis. Deve se lutar contra o desequilíbrio do nível de desenvolvimento que se regista actualmente, expandindo projectos para todas as regiões do país, do norte ao sul de Moçambique como forma de evitar o afluxo populacional para as zonas desenvolvidas.

---

<sup>111</sup> Hanlon, 1991:117-122; Abrahamsson & Nilsson, 1994:55-59; Entrevista com Dr. B.J. Rodolfo, Maputo, Abril de 1999.

Apesar dos condicionalismos ditados pelo reajustamento estrutural e outros factores referenciados neste trabalho, um aspecto fundamental a ter em conta é a necessidade de existência de programas e estratégias adequadas-à-realidade sócio-económica e cultural do País. É importante que o Estado tenha o direito de "veto" nos problemas fundamentais do sector, relativos principalmente, à componente social, a fim de assegurar a sua defesa. Ademais, sabe-se também que as mudanças globais em curso destruíram a ideia que cabem aos governos, através dos sectores públicos, a função de implementar medidas económicas a favor dos povos.

É imperiosa que se invista no sistema judicial, na saúde e educação. Criar-se condições para que Moçambique tenha dentro de alguns anos uma massa crítica de pessoas capazes de competir no mundo e mesmo a nível da África Austral. Aliás um dos maiores problemas de Moçambique é a sua dívida externa. Moçambique é um dos países que tem muitas dívidas no mundo. O stock total de dívidas externas é avaliado em mais de quatro vezes o GNP anual, é quase vinte vezes maior que os rendimentos anuais das exportações. No final de 1997, a dívida externa moçambicana era de aproximadamente 7.4 bilhões de dólares americanos. Dividida por 18,027 milhões de habitantes (estimativa da população do país em 1996), implica o equivalente de mais de 450 dólares (5.3 milhões de meticais) por cada moçambicano.<sup>112</sup> Por muitas que sejam as razões que fundamentam o futuro de Moçambique e da sociedade em geral. Moçambique tem 17 anos de experiência de independência e 10 anos no processo de reajustamento estrutural. É nessa perspectiva que devem ser equacionadas as circunstâncias e os seus resultados.

---

<sup>112</sup> Evolução das Economias dos PALOP, 1996/7:58.

Nada permite deduzir que Moçambique não poderá colmatar, mais ou menos rapidamente, rupturas e atrasos. O País pode vir a dar saltos qualitativos numa ou em duas gerações.

As instituições financeiras internacionais em particular o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Comunidade Europeia em geral deverão desempenhar um papel chave no desenvolvimento e modernização de Moçambique.

Ambos terão necessariamente que assumir essa responsabilidade, como sendo do seu interesse vital, via que supõe a cooperação, coordenação, consenso e não afrontamento. O estado deveria intervir mais nas actividades económicas, concretamente no que concerne á política das privatizações exercendo uma função fiscalizadora e regulatórias das normas e penalizar os que as afrinjam. Deve concentrar-se mais nas tarefas que lhe são estritamente consignadas pela lei, com um bom sistema jurídico à altura da conjuntura actual, e a garantia da segurança e ordem pública. Quanto às decisões económicas, Moçambique deverá lutar pela sua independência económica.

## FONTES CONSULTADAS

### I ORAIS

- 1- Abreu, António Pinto- Economista, Administrador do Banco de Moçambique. Entrevistado em Maputo, Nov. 1997 e Junho de 1999.
- 2- Barros, João Gabriel- Investigador e professor do ISRI. Entrevistado em Maputo, Novembro de 1998 e Abril de 1999.
- 3- Borralho, Carlos- Director da Procajú e Vice Presidente da AICAJÚ. Entrevistado em Maputo, Julho de 1998.
- 4- Manhiça, Mário- Membro do Secretariado do SINTIC. Entrevistado em Maputo, Dezembro de 1998.
- 5- Maposse, Armando- Chefe do Departamento de Estatísticas no Ministério do Trabalho. Entrevistado em Maputo, Julho de 1998.
- 6- Momade, Abudo- Delegado Sindical da Função Pública. Entrevistado em Maputo, Maio de 1998.
- 7- Mondlane, Boaventura- Secretário Geral do SINTIC. Entrevistado em Maputo, Junho e Dezembro de 1998.
- 8- Mondlane, Felisberto- Chefe do Gabinete do Secretário Geral da OTM. Entrevistado em Maputo, Julho de 1998.
- 9- Rodolfo, Belmiro José- Investigador do tema e Director do CEEI. Entrevistado em Maputo em Dezembro de 1998 e Abril de 1999.
- 10- Ussuman, Abdul Magid, Economista. Entrevistado em Outubro de 1997 e 1998.

### II DOCUMENTOS NÃO PUBLICADOS

- Abreu, A. P. "Mecanismos de Financiamento". Ms. Faculdade de Economia, UEM. Maputo, 1989.
- Bank of Mozambique, Economic, Financial and Social Cost of Debt Crisis: The case of Mozambique, presented at Third World Scientific Banking Meeting in Dubrovnic, 1989.
- CEE-ISRI, "Desenvolvimento Económico e Democracia Política no Contexto do Ajustamento Estrutural em África". Maputo, 1996.
- CEE-ISRI, "Mozambique: From Crisis to Economic Reforms. Realities and Challenges". Paper Presented at AAPS 11<sup>th</sup> Bi-annual Congress, 23-26 June. Durban, 1997.
- MITC, "Primeiro Seminário Sobre o Sector Privado em Moçambique". Maputo 1995.
- OTM-CS, "O Programa de Reabilitação Económica e o seu Impacto no seio dos Trabalhadores". Maputo, 1998.
- OTM-CS, "Posição do Movimento Sindical Moçambicano em Relação ao Processo das privatizações das Empresas". Maputo, 1996.
- OTM-CS, "O Impacto das Privatizações sobre a Força de Trabalho". OTM-CS, 1996.
- OTM, "Situação Actual do Movimento Sindical e Perspectivas para o seu Futuro". Maputo, 1997.

### III PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- Anuário Estatístico. Comissão Nacional do Plano. Maputo, 1990-1993.
- Banco Mundial, Finanças e Desenvolvimento. Publicações Trimestrais do FMI e do BM, 1983 e 1995.
- Banco Mundial, Mozambique Country Economic Memorandum. Vol.2 World Bank. Washington, 1990.
- Banco Mundial, Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1996.
- Banco de Moçambique, Relatório Anual. Análise Sobre a Evolução da Economia de Moçambique. Maputo, 1983-1987 e 1992-1996.
- ⊕ Banco de Moçambique, Evolução das Economias dos PALOP. DRI-AC, 1996/97.
- CNP/DNE, Plano Económico e Social. Maputo, 1993.
- CNE/DNE, Força de Trabalho e sua utilização em Moçambique. Maputo, 1991.
- CNP/DNE, Unidade da População e Planificação. Pobreza, Emprego e a Questão Demográfica na cidade de Maputo, 1993.
- Comité Central do Partido Frelimo. Programa do Governo. Balanço, vol.I e II. Maputo, 1995/99.
- INE, Anuário Estatístico. Maputo, 1996-1997.
- INE, Anuário Estatístico. Maputo, 1997.
- INE, Anuário Estatístico. II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997. Resultados definitivos. Maputo, 1999.
- UTRE-MPF, Privatizações em Moçambique. Maputo, 1997-1998

### IV JORNAIS E SEMANÁRIOS

- AIM, Boletim de Informação nº 22. Suplemento, 1990
- Demos, 15/06/95 Salários mínimos e Preços Devem ser Compatíveis.
- Demos, 19/7/95 Hipocrisia nas Privatizações Compromete a Economia do País".
- Domingo, 05/02/95 Moçambicanos Participam em Encontros Internacionais"
- Domingo, 1997:3-22 Os dez anos do PRE". Suplemento Especial.
- Média-Fax, 08/02/95 Aumento do Salário Mínimo: Governo mantém a 35%".
- Metical, 03/03/97 Estamos Errados, diz o Vice-Ministro do Banco Mundial
- Notícias, 11/09/97. Alívio da dívida dos países pobres.
- Notícias, 07/04/98 Privatização de 15 Empresas Renderam 16.3 milhões de dólares.
- Savana, 05/09/97 Alívio da dívida Externa.

### V OBRAS E ARTIGOS PUBLICADOS

- ⊕ Abrahamsson, H. & Nilsson, A. Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992. CEEI-ISRI Maputo, 1994.
- ⊕ Abrahamsson, H. & Nilsson, A. Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique. Maputo: CEEI-ISRI, 1995.
- ⊕ Abrahamsson, H. & Nilsson, A. The Washington Consensus e Moçambique. Maputo: CEEI-ISRI, 1995.
- Aderhold, G. Os Interesses Sociais e Económicos dos Trabalhadores Moçambicanos e Questões da Política Económica do Partido Frelimo. Berlim, 1987. [CEA-C-420]
- Amaral, W. Guia para Apresentação de Teses, Dissertações, Trabalho de Graduação, Maputo: UEM, 1995.

- Blinder, A. et al. Macroeconomics, Income Distribution and Poverty. in Sheldon Danziger et al (eds). Fighting Poverty: What Works What Doesn't. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1986. [CEEI]
- Castel-Branco, C.N. Problemas Estruturais de Desenvolvimento Agrário, in Castel-Branco, C.N. (org.) Moçambique. Perspectivas Económicas. Maputo, UEM/Fundação Friedrich Ebert, 1994: 31-86
- Castel-Branco, C.N. (org.) Moçambique. Perspectivas Económicas. Maputo: UEM/Fundação Friedrich Ebert, 1994.
- Coimiche, E.C., Moçambique: Ajustamento Fiscal e Desenvolvimento, in 2º Encontro de Lisboa entre as Delegações de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à Assembleia Anual do FMI/BM. Lisboa: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, 1992.
- Cornia, G.A., et. al. Ajustment with a Human Face: Protecting the Vulnerable and Promoting Growth, Oxford: Clarendon Press, 1987. [CEEI]
- Driscoll, D.D. What Is The International Monetary Fund? Washington D.C: External Relations Department, I.M.F., 1997.
- Egero, B. Moçambique. Os primeiros dez anos da Construção da democracia. Maputo: AHM, 1992.
- Green, R.H & Faber, M. "The Structural Adjustment of Structural Adjustment: Sub-Saharan Africa 1980-1993", IDS Bulletin, Vol.25 nº3, 1994. [CEEI]
- Gobe, A.M. A Situação Económica do País, in Castel-Branco, C.N. (org.) Moçambique. Perspectivas Económicas. Maputo: UEM/Fundação Friedrich Ebert, 1994: 4-30
- Green, R.H. A Dimensão Social do Ajustamento. A pobreza em Moçambique. Estudo sobre o Impacto Social do Programa de Reabilitação Económica sobre os grupos populacionais mais desfavorecidos. Maputo: Ministério das Finanças/Unicef, 1988.
- Hanlon, J. Beggar your Neighbours. Londres: Catholic Institute for International Relations, 1986.
- Hanlon, J. Mozambique. Who Calls The Shots? London: James Currey, 1991 [FL-P-1438]
- Hanlon, J. Peace Without profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique. Oxford: International African Institute and James Currey, 1996.
- Hanlon, J. Paz Sem Benefícios. Como o FMI Bloqueia a Reconstrução de Moçambique. Maputo: EUEM/CEA 1997.
- Healey, J. & Mark R. Democracy, Governance and Economic Policy. London: Overseas Development Institute, 1992. [CEEI]
- Hermele, K. "A Guerra e a Estabilização: Uma Avaliação a Médio Prazo do PRE em Moçambique". Revista Internacional de Estudos Africanos, 8/9, 1988[CEA].
- Hermele, K. Moçambique numa Encruzilhada: Economia e Política na Era do Ajustamento Estrutural. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1990[CEA-C-314].
- Hermele, K. & Rudebeek, L. Nas Encruzilhadas: Alianças Políticas e reajustamento Estrutural. Dois Ensaios sobre Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Uppsala. AKUT, 1990[CEA-C-294].
- Hermele, K. Mozambican Crossroads, Bergen: Chr. Michelsen Institute, 1990.
- Isaacman, A., "Mozambique: Tugging at the chains of Dependency", in Gerald J. Bender et. al. (eds), African Crisis Areas and US Foreign Policy. University of California Press, 1985.
- Jespersen, E. "Chocs externes d'ajustement et realisations économiques et sociales". In Cornia, G.A., von der Hoeven, R., & Mkandawire, T. (dir) L'Afrique vers la reprise économique. De la stagnation et l'ajustement au développement humain (une étude de l'UNICEF) Paris, 1992[CEEI].

- Johnston, A. Education in Mozambique, 1975-1984, Stockholm: SIDA, Education Division Documents N° 15, 1984.
- Machel, Samora, Relatório do Comité Central ao III Congresso da Frelimo. Maputo, 1978.
- Maleiane, A. "Estabilização Monetária e Cambial", in 2º Encontro de Lisboa entre as Delegações de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à Assembleia Anual do FMI/BM. Banco de Portugal, Ministério das Finanças. Lisboa, 1992:59-70[BM].
- Marshall, J. "Structural Adjustment and Social Policy in Mozambique". Review of African Political Economy. Spring n°47, 1990:28-43[CEA].
- Mole, P.N. O Impacto Social do Programa de Ajustamento Económico, In Castel-Branco, C.N., Moçambique. Perspectivas Económicas. Maputo:UEM/F.Ebert, 1994: 158-174.
- Mosca, J. et al "Alguns Aspectos sobre os Efeitos do PRE na Agricultura". Estudos Moçambicanos, n°13 1993:53-75[CEA].
- Mosca, J. "O Papel do Estado no Pós-Guerra e Num Contexto de Ajustamento Estrutural". Estudos Moçambicanos n°11/12, 1992:51-63[CEA].
- Mosley, P. "Conditionality as a Bargaining Process: Structural Adjustment Lending, 1980-1986". Essays in International Finance (The Princeton Papers), n° 168, October, 1987[CEEI].
- Mosley, P. et. al. Aid and Power: The World Bank and Policy Based Lending. London: Macmillan 1991[CEEI].
- Oppenheimer, J. "Cooperação para o Desenvolvimento no Contexto do Ajustamento Estrutural e da Guerra: O Caso de Moçambique". Revista Internacional de Estudos Africanos, n°16/17 1992:171-208.
- Oppenheimer, J. Vencimentos Públicos em África no Contexto do Ajustamento Estrutural. Doc. de Trabalho n°28, Lisboa, 1993. [BM] ,
- Oppenheimer, J. et. al. Desenvolvimento Económico e Democracia Política no Contexto do Ajustamento estrutural em África. Lisboa: ISEG, 1998 [CEEI].
- Papon, P. Les Logiques du Futur. Paris: Aubier, 1989. [CEEI]
- Plank, D. Aid, "Debt and the End of Sovereignty: Mozambique and Its Donors". Journal of Modern African Studies, 31, 1993:407-430 .
- Partido Frelimo. Teses do IV Congresso. Maputo, 1982.
- Partido Frelimo. Relatório do Comité Central ao IV Congresso. Maputo, 1983.
- Partido Frelimo. Directivas económicas e sociais.IV Congresso da Frelimo. Maputo, 1983.
- Partido Frelimo. Estatutos e programas.IV Congresso da Frelimo. Maputo, 1983.
- Roesch, O. "Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Formação das Classes", Arquivo, n°11, 1992:5-32.
- Romão, A. et.al. Moçambique. Um País de Futuro. Ed. Montepio Geral, 1998.[Banco de Moçambique].
- World Bank. African Economic and Financial data, Washington. 1990. [BM]
- World Bank. Sub-saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth. Washington DC, World Bank, 1989. [BM]
- World Bank. Education in Sub-Saharan Africa: Policies for Adjustment, Revitalization, and Expansion, World Bank, Wasington, D.C., 1988.[BM]
- Wuyts, M.) "Gestão Económica e Política de Reajustamento em Moçambique". Estudos Moçambicanos, n°8, 1990:97-124 .
- UNCTAD The Least Developed Countries. Report United Nation. New York, 1990/91:87[CEEI].
- Zacarias, A. Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral. Ed. ISRI-CEEI, 1991:19-24.

Zacarias, A.M. "Introdução", in Zacarias, A.M.(org.) Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral. ISRI, Maputo, 1990: 7-34.

⊗ Zacarias, A.M.(org.) Repensando Estratégias sobre Moçambique e África Austral. ISRI, Maputo, 1990.

## ANEXOS

Tabela nº 1- Programas de estabilização e ajustamento estrutural em África Subsahariana ao longo da década de 80

Países	Acordos com o FMI	Acordos com o Banco Mundial	Total	Lançamento do primeiro programa
Benin	1	2	3	1989
Burundi	2	3	5	1986
Camarões	2	3	5	1988
Chad	1	3	4	1987
Congo	2	1	3	1986
Costa do Marfim	6	6	12	1981
Etiópia	1	-	1	1981
Gabão	3	1	4	1980
Gâmbia	3	-	3	1982
Guiné-Bissau	-	2	2	1981
Guiné-Equatorial	3	1	4	1980
Lesotho	1	-	1	1988
Libéria	5	-	5	1980
Madagascar	9	2	11	1980
Malawi	5	5	10	1980
Mali	5	3	8	1982
Maurícias	5	9	14	1980
Mauritânia	7	4	11	1980
Moçambique	2	3	5	1987
Níger	6	2	8	1983
Nigéria	2	3	5	1983
Quênia	8	5	13	1980
Rep. Centro-Africana	7	3	10	1980
Senegal	10	6	16	1980
Serra Leoa	5	-	5	1981
Somália	6	2	8	1980
Sudão	4	-	4	1982
Tanzania	3	2	5	1980
Togo	9	3	12	1981
Uganda	6	2	8	1980
Zaire	8	2	10	1981
Zâmbia	4	1	5	1981
Zimbabwe	2	-	2	1981

Fonte: Jespersen, E. Chocs Externes Ajustement et Realisations Economiques et Sociales. In Cornia, G. A. et. al. (1992: 15-16).

Tabela nº 2- Crescimento da Ajuda Externa (1985-1990)  
-milhões de USD, preços correntes

	1985	1986	1987	1988	1989	1990
<b>Donativos</b>						
A. Calculos do PNUD	200	328	655	880	840	970
B. Contas apresent. por Moç.	140	215	305	380	390	450
Quociente B/A	70%	65%	47%	43%	47%	47%
<b>Empréstimos concessionais:</b>						
Calculos do PNUD	345	362	250	130	110	145
<b>Ajuda Total:</b>						
<i>Segundo cálculos do PNUD</i>	545	690	905	1010	950	1115
Percentagem de donativos	37%	47%	72%	87%	88%	87%
Percentagem dos empréstimos	63%	53%	28%	13%	12%	13%
Segundo cálculos de DAC	300	422	651	893	778	946

Fonte: Abrahamsson, H. & Nilsson A. 1999:138

Tabela nº 3- Principais Indicadores Económicos (1987-1997)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	VARIACÃO ANNUAL EM PERCENTAGEM										
PIB Real (USD)	1,49	1,1	1,1	1,32	4,9	-0,8	1,42	1,46	1,48	1,74	1,94
PIB Per capita(USD)	170	100	80	80	82	82,5	86,7	88	85,3	96,4	107,7
Taxa de inflação(USD%)	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	70,2	54,1	16,6	5,6
Crescimento real/PIB/USD%	4,6	5,5	5,4	1,3	2,7	.....	.....	5	1,4	6,4	6,9
Exportações Fob(USD)	97	103	105	126	162	.....	.....	147	174	226	234
Importações Cif USD	594	736	808	878	899	.....	.....	1019	729	802	855
Espaço cambial externo	495	633	703	752	736	2432,8	3722,1	5918	8890	11140	11430
Divida externa total(USD)	4000	.....	4700	.....	4994,8	5041	5011,2	5651	5781	5697	7300
Serviço/divida/USD% paga	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	33,4	35,7	30	30

Fonte Plank, D.N., 1993:412. Vd Evolução das Economias dos PALOP, 1996/97:131-142. - Apesar de Moçambique possuir um dos PIB's mais baixos do Mundo, o esforço de estabilização da economia tem sido desenvolvido com relativo sucesso e tem vindo a ser reconhecido pela comunidade internacional. Entre 1993 e 1997, Moçambique obteve um crescimento de 8% de produção agrícola e do comércio devido a maior segurança e o retorno ao campo da população que havia se deslocado devido a guerra de desestabilização.

Tabela nº 4- Necessidades mínimas para a subsistência mensal de uma família de cinco membros (preços de 1996)

Produto	kgs/mês/pessoa	Preço Unitário ( Mts )	Total ( Mts )
Arroz Corrente	1.5	7000	52.500
Farinha de Milho	9.00	3500	157.500
Oleo Vegetal	1.5	17.500	131.250
Açucar Amarelo	1.5	9.500	71.250
Feijão Manteiga	1.5	15.500	116.250
Peixe de 2ª	2.00	12.000	120.000
Hortofrutícolas	4.5	5.000	112.500

Fonte: OTM-CS, 1998

Tabela nº 5- Evolução do Salário Mínimo e da Inflação

Ano	Inflação			Reajustamento do salário Mínimo desde 1987			
	Média Anual	Anual	Datas	Evolução do Salário mínimo em ( Mts )	Equivalente em USD	Aumento Em %	% do aumento no mesmo ano
1987	161	175,8	17/6/98	7.500.00	37.50	50	50
1988	63	55.0	9/3/88	12.800.00	32.00	70.6	103.4
			12/10/88	17.000.00	29.30	32.8	
1989	43	40.0	19/4/89	22.500.00	32.05	32.4	32.4
1990	40	47.1	10/1/90	26.100.00	31.32	16	39.3
			28/12/90	32.175.00	27.34	23.3	
1991	33.3	35.2	14/11/91	40.000.00	24.64	24.3	24.3
1992	45.1	54.5	30/9/92	58.800.00	19.50	47	47
1993	42.3	43.6	28/7/93	70.600.00	17.77	20	20
1994	63.1	70.1	6/7/94	117.500.00	19.60	66.4	66.4
1995	54.5	54.9	27/2/95	158.600.00	20.19	35	72.5
			1/10/95	218.650.00	19.92	37.5	
1996		16.6	1/7/96	271.126.00	23.54	24+6	30
1997			1/4/97	311.795.00	26.89	15	15

FONTE: OTM-CS, 1998

Tabela nº 6- Número das escolas, alunos e professores por nível de ensino público em 1996

	Escolas	Alunos	Prof.	Prof./Alun.
Ensino Primário	5448	1710730	30080	57
1º grau	5165	1573957	26503	59
2º grau	283	136773	3577	88
Ensino Secundário	66	44974	1301	35
1º ciclo	54	39816	1146	35
2º ciclo	12	5158	155	33
Ensino Tec. Profissio.	25	11419	623	18
Elementar	2	119	11	11
Básico	23	11300	612	18
Superior	3	8600 a )	890a)	8c)

Fonte: INE-Anuario Estatístico.

Tabela nº 7- Situação dos trabalhadores da Indústria de Cajú desde 1987 e 1997

NOME DA EMPRESA	Nº de TRABALHADORES em 1987	TRABALHADORES DESPEDIDOS ATÉ JUNHO97 (a)	TRABALHADORES DISPENSADOS ATÉ JULHO DE 97 (b)	OBSERVAÇÃO
1 - Procajú Inhambane	613	200	386	Paralizada em 10/05/97
2 - Companhia de cajú Nacala	1.350	1.322	-	Encerrada em Julho97
3 - Companhia de cajú Monapo	1.384	390	143	Paralizada em Setembro97
4 - Procajú Manjacaze	598	200	-	Paralizada em 28/08/97
5 - Mocita	588	-	246	Em reabilitação
SOMA	4.533	2.112	775	

Fonte: SINTIC 1998

- a) trabalhadores que rescindiram os seus contratos com a empresa
- b) trabalhadores cujos contratos foram suspensos por um tempo indeterminado sem remuneração e nenhuma base para o seu auto-sustento.

Tabela nº 8- Evolução da dívida Externa, 1991-1997  
(unidade: milhões de USD)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Dívida de Médio ou longo prazo	4994,8	5041	5011,2	5276,9	5331,5	5728,4	5877,6
Credores multilaterais	607	855,4	1005	1330,1	1607,5	1692,3	.....
Credores bilaterais	4255,9	4059,1	3878,4	3946,8	3724	4066,2	.....
Países da OCDE	125,3	126,5	1945,7	2057,5	1958,6	2001,3	.....
Países da OPEP	.....	.....	444,7	443,2	461,5	454,2	.....
Países da Europa de Leste	.....	.....	957,5	920,3	982,9	1044,2	.....
Outros Países	.....	.....	530,5	525,8	461,1	499,6	.....
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL</b> (% exp.bens e serviços)	1368,1	1392,9	1606,1	1549,3	1344,8	1171,7	1059,3
<b>SERV. DA DÍVIDA/M/L prazo</b> (em % export.bens e serviços)	.....	.....	158,5	133,2	102,5	70,5	67,3
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL</b> (em % do PIB)	348,4	392,3	341,5	360,9	368,6	327,3	304,8

Fonte: Banco de Moçambique. Evolução das economias dos PALOP. Dto.de Relações Internacionais Maputo, 1997:131-142

Nota-se com particular evidência no domínio das contas externas, tradicionalmente caracterizadas por um acentuado desequilíbrio ao nível das transacções de bens, serviços e rendimentos, desequilíbrio esse que é apenas parcialmente compensado pelo afluxo de empréstimos e donativos. Como consequência, elevados défices da balança básica, cujo financiamento é assegurado essencialmente a custa da dívida externa (Plank, 1990: 412-413, 417-418 e 421-423).